Autistão

Estudos e sugestões

ARÁBIA SAUDITA | 2026
Autoridade das Pessoas com Deficiência
Linguagem inclusiva relativa à deficiência
Consulta pública Istitlaa

Linguagem inclusiva relativa à deficiência
Estudo e propostas sobre o guia saudita

Contribuição relativa ao projeto de guia « إرشادات اللغة الشاملة في الإعاقة »

Propostas relativas ao autismo, à escolha das denominações e à comunicação inclusiva
18 de novembro de 2026 · Tradução para o português do Brasil do texto original em francês



Sumário

Resumo executivo 4

1. Introdução e finalidades da linguagem inclusiva (seção A do guia saudita)..... 6

1.1. Convergência com as intenções anunciadas 6
1.2. Texto proposto para a definição da linguagem inclusiva 6
1.3. A pessoa, a deficiência e as circunstâncias que criam um impedimento 6

2. Autismo, deficiência, impedimentos funcionais e dificuldades (seção B do guia saudita) 7

2.1. A distinção conceitual fundamental proposta pelo Autistão 7
2.2. A deficiência como situação de impedimento 7
2.3. O sofrimento vivenciado: uma realidade essencial a identificar 9
2.4. Esclarecer que « sofrer de autismo » atribui uma causa sem tê-la verificado 10
2.5. Precauções terminológicas para uma transposição fiel ao árabe 10

3. Terminologia do autismo e denominações identitárias (seção C do guia saudita) 11

3.1. Sobre o exemplo « criança autista » na tabela saudita 11
3.2. Por que a lógica da « pessoa em primeiro lugar » foi elaborada? 11
3.3. Os argumentos a favor de uma denominação baseada na identidade 11
3.4. Por que a formulação que contém « transtorno » merece atenção especial? 13
3.5. A construção « com / tendo autismo »: um problema de sentido 13
3.6. A ordem das palavras em árabe: uma consideração decisiva 14
3.7. O problema específico das conotações de « متوحد » 14
3.8. Comparação de possíveis formulações em árabe 15
3.9. Quando empregar uma denominação identitária e quando mencionar um diagnóstico? 15
3.10. Variante proposta para o exemplo da tabela da parte C 15

4. Terminologia, acessibilidade e comunicação (seção D do guia saudita) 17

4.1. Distinguir impedimento funcional, deficiência e situação vivenciada 17
4.2. Acessibilidade real: ser admitido e poder participar com dignidade 17
4.3. Sofrimentos e manifestações visíveis: uma escolha de vocabulário que orienta a intervenção 17
4.4. Distinguir as palavras, sua interpretação e a intenção real 18
4.5. Orientação proposta para evitar erros de interpretação 18
4.6. Necessidades reais e direitos 19
4.7. Esclarecimento sobre « Captions » e « Subtitles » 19
4.8. Acessibilidade em matéria de autismo: alcance sistêmico e barreiras atitudinais 19

5. Gramática árabe e uso de « ذو » (seção E do guia saudita) 21

5.1. A regra gramatical de « ذو » não basta para escolher uma denominação 21
5.2. Quando empregar « ذو » e quando utilizar uma denominação adjetiva? 21

6. Questões práticas: vida adulta e emprego (seção F do guia saudita) 22

6.1. Incluir explicitamente os adultos 22
6.2. A comunicação profissional não se limita ao sensorial 22
6.3. É possível retomar « pessoa autista » em um documento profissional? 22
6.4. Como lidar com um pedido repetido interpretado como agressivo? 23
6.5. É necessário empregar « transtorno » para descrever as necessidades de uma pessoa? 23
6.6. Uma situação profissional a esclarecer: o caso de Alibek Karatay no Cazaquistão 23

7. Referências e experiências internacionais (seção G do guia saudita) 25
7.1. Austrália: uma estratégia nacional que emprega a denominação identitária 25
7.2. Irlanda: orientações oficiais adaptadas à ausência de consenso universal 25
7.3. Ilha de Man: uso institucional de « Autism Spectrum Condition » 25
7.4. Argumentos desenvolvidos por autores e organizações autistas 25
7.5. Principais referências sauditas 26
7.6. Verificação das remissões bibliográficas 27
7.7. Lições dos precedentes sauditas e dos usos em inglês 27
7.8. Uma experiência concreta de análise de situações no Cazaquistão 27
8. Recomendações conclusivas 28
8.1. Não classificar automaticamente « criança autista » entre as formulações a evitar 28
8.2. Empregar termos diferentes conforme se trate de identidade, diagnóstico ou dificuldades 28
8.3. Acrescentar ao guia exemplos relativos a adultos autistas 28
8.4. Descrever os fatos distinguindo a agressividade suposta das intenções estabelecidas 28
8.5. Esclarecer o valor descritivo da palavra « autista » e seus usos 28
8.6. Preservar as denominações identitárias sem impor o registro diagnóstico 29
8.7. Distinguir melhor a situação que gera impedimentos da pessoa envolvida 29
8.8. Expressar o alcance sistêmico da acessibilidade em matéria de autismo 29
9. Perspectivas de diálogo e cooperação 30
Anexo — Observações bilíngues complementares segundo as seções A a G do projeto 31
A. Introdução e objetivos da linguagem inclusiva 31
B. Contexto da deficiência, autismo e barreiras 31
C. Princípios gerais: identidade autística e linguagem person-first 32
D. Terminologia, direitos e acessibilidade efetiva 34
E. Gramática árabe e uso de « ذو » 35
F. Questões práticas: adulto autista e comunicação 36
G. Referências bibliográficas do projeto 36

Resumo executivo

A Organização Diplomática do Autistão saúda a iniciativa da Autoridade saudita responsável pelas pessoas com deficiência, que busca precisar os termos utilizados nas comunicações institucionais e públicas. O projeto destaca a dignidade humana, os direitos, as diferenças entre deficiência e impedimento funcional, a eliminação dos estereótipos, a acessibilidade efetiva e a possibilidade de respeitar determinadas denominações identitárias. Essas orientações constituem pontos de apoio úteis para examinar mais profundamente as formulações relativas ao autismo.

Uma proposta específica merece um exame aprofundado: na parte C, a tabela de linguagem neutra recomenda « طفل ذو اضطراب طيف التوحد » (criança com transtorno do espectro do autismo) em lugar de « طفل متوحد » (criança autista). Essa substituição visa, provavelmente, evitar a rotulação ou a redução da criança a uma característica. Entretanto, a expressão escolhida introduz obrigatoriamente na denominação da pessoa o nome de uma categoria clínica — « transtorno » —, enquanto a denominação identitária pode não conter nenhuma qualificação negativa. O projeto já reconhece, para outros grupos, que expressões baseadas na identidade podem ser respeitosas. Um esclarecimento semelhante seria particularmente útil no campo do autismo.

Propomos distinguir três registros: (a) a denominação usual das pessoas autistas, para a qual é preferível uma forma descritiva identitária natural; (b) a descrição precisa das dificuldades, das necessidades de assistência, dos sofrimentos e das situações que impõem impedimentos; (c) o uso do nome diagnóstico « transtorno do espectro do autismo » quando o contexto clínico ou administrativo o exigir. Esse método permite falar das pessoas com precisão e respeito, preservando ao mesmo tempo a possibilidade de abordar seus problemas concretos. Aplica-se a crianças, adultos e pessoas idosas.

Nossa contribuição também ressalta uma distinção que influencia fortemente as práticas: o sistema social observa primeiro manifestações externas, ao passo que a pessoa autista pode vivenciar internamente desconfortos ou sofrimentos cujas origens escapam ao observador. A qualidade da linguagem inclusiva também depende, portanto, da maneira de escutar, interpretar e verificar as intenções, especialmente quando uma comunicação atípica é julgada inadequada. As mudanças terminológicas poderiam vir acompanhadas de exemplos de esclarecimento leal, de adaptações da comunicação e de atenção aos danos sociogerados de natureza sensorial, mental (psíquica) ou de outra natureza.

A proposta terminológica também examina um efeito paradoxal: quando a sociedade associa erroneamente o autismo a um defeito, a substituição imposta do qualificativo « autista » por uma perífrase que contém « transtorno » pode fazer com que as pessoas autistas suportem as consequências de preconceitos que não se originam delas. Um guia inclusivo deveria examinar esses efeitos e procurar não reproduzi-los, inclusive em suas versões em inglês.

Apresentamos a seguir modificações diretamente utilizáveis no guia, uma comparação das opções em árabe e os motivos de nossa preferência, com precedentes internacionais e propostas de colaboração sobre questões relacionadas.

Outra dimensão, diretamente relacionada à linguagem, diz respeito à distinção entre um eventual impedimento funcional de uma pessoa, a deficiência efetivamente encontrada e as características de um ambiente suscetível de se tornar incapacitante. A mesma pessoa autista pode participar de uma atividade durante muito tempo em um contexto acessível e, em seguida, encontrar impedimentos importantes quando as práticas de comunicação, gestão ou organização mudam. A expressão « situação que gera impedimentos » permite também dirigir a atenção ao contexto que produz o impedimento, sem reduzir a pessoa a ele nem questionar seus direitos ou suas eventuais necessidades de assistência.

Saudamos as iniciativas sauditas já dedicadas à acessibilidade, especialmente os guias gerais e os recursos relativos às adaptações profissionais para as pessoas no espectro do autismo. Essas

publicações constituem pontos de apoio úteis. No entanto, a acessibilidade em matéria de autismo abrange todos os domínios da vida, e as barreiras atitudinais desempenham, segundo a experiência de nossa Organização, um papel muitas vezes particularmente determinante. Sem prejulgar o alcance das medidas existentes no Reino, sugerimos respeitosamente que o guia evidencie essa dimensão sistêmica: atitudes, relações, comunicação, organização e condições sensoriais, com atenção especial à prevenção de danos e sofrimentos evitáveis. Trata-se de uma proposta complementar, submetida à apreciação das autoridades competentes.

1. Introdução e finalidades da linguagem inclusiva (seção A do guia saudita)

1.1. Convergência com as intenções anunciadas

O projeto define a linguagem inclusiva com base na dignidade, na igualdade, na ausência de estereótipos e na possibilidade de participar sem exclusão. Indica que a linguagem influencia as representações coletivas e as interações cotidianas. Recomenda também escutar as preferências pessoais e ter prudência diante de suposições. Esses princípios oferecem uma justificativa direta para reconhecer as denominações identitárias no campo do autismo quando elas são empregadas como descrições respeitosas.

A escolha de uma terminologia oficial pode buscar simultaneamente dois objetivos: descrever as pessoas com exatidão e contribuir para melhorar as representações sociais. Um hábito difundido pode ser examinado e progressivamente corrigido quando é conceitualmente impreciso ou transmite uma concepção depreciativa. As novas orientações sauditas constituem precisamente um instrumento capaz de acompanhar essa evolução.

1.2. Texto proposto para a definição da linguagem inclusiva

« As denominações utilizadas para falar de uma pessoa devem expressar com exatidão aquilo que é descrito: uma característica humana, um diagnóstico, uma dificuldade concreta, uma situação de deficiência ou uma necessidade de assistência. A escolha do termo também deve ser avaliada segundo seus efeitos sobre a dignidade, a participação e a compreensão recíproca. Quando várias formas são possíveis, uma denominação neutra e direta é preferível a uma formulação que introduza desnecessariamente uma qualificação deficitária. »

Propomos inserir essa distinção entre característica humana, diagnóstico e dificuldades na definição geral da linguagem inclusiva, antes das tabelas de exemplos da seção A.

1.3. A pessoa, a deficiência e as circunstâncias que criam um impedimento

O princípio da linguagem inclusiva também pode conduzir a uma atenção mais precisa às situações descritas. As denominações jurídicas usuais relativas às pessoas com deficiência conservam toda a sua utilidade para garantir os direitos, a igualdade de tratamento e as medidas de apoio. Complementarmente, quando um texto descreve uma barreira concreta, pode ser mais esclarecedor nomear diretamente o mecanismo envolvido: um procedimento inacessível, uma atitude que cria uma barreira, uma instrução incompreensível ou uma situação que gera impedimentos. Essa precisão permite distinguir melhor a identidade da pessoa, um eventual impedimento funcional, as circunstâncias encontradas e a restrição efetiva da participação.

Uma frase como « o empregado não pode trabalhar nesse ambiente » não descreve necessariamente uma incapacidade permanente do empregado. Pode descrever uma incompatibilidade entre suas características e determinadas condições de trabalho. Conforme a situação, a formulação « a organização do trabalho impede o exercício de suas funções » pode identificar com maior exatidão o elemento a ser examinado. Essa maneira de redigir complementa a linguagem centrada nos direitos e não modifica nenhuma categoria jurídica.

2. Autismo, deficiência, impedimentos funcionais e dificuldades (seção B do guia saudita)

2.1. A distinção conceitual fundamental proposta pelo Autistão

Nos Princípios do Autistão, o autismo é considerado uma natureza ou particularidade humana duradoura. Essa noção engloba um funcionamento e características que podem incluir qualidades, preferências, necessidades e dificuldades. A denominação « pessoa autista » nomeia essa natureza sem prejulgar toda a situação vivenciada.
O « transtorno do espectro do autismo », no singular, é o nome de uma categoria diagnóstica utilizada nas classificações médicas. Nas análises do Autistão, os « transtornos » ou dificuldades específicas relacionadas ao autismo, no plural, designam problemas ou manifestações examinados separadamente, que podem variar segundo as situações e os referenciais. As doenças ou condições coexistentes — comorbidades — devem ser examinadas como realidades distintas. Para analisar uma situação, é preciso ainda considerar os danos provenientes do ambiente, os sofrimentos realmente experimentados e os obstáculos à participação.
A escolha das palavras torna-se mais precisa quando se distinguem as informações transmitidas: « pessoa autista » descreve a pessoa; « transtorno do espectro do autismo » designa uma categoria diagnóstica; um sofrimento efetivamente experimentado deve ser descrito como tal; uma necessidade de adaptação ou uma barreira deve ser nomeada diretamente. O guia não deveria empregar o termo diagnóstico para designar indistintamente todos esses aspectos.

2.2. A deficiência como situação de impedimento

A parte B reconhece que a deficiência é compreendida na interação entre as características da pessoa e as barreiras do ambiente. Essa abordagem é particularmente pertinente para as pessoas autistas. Barreiras sensoriais, sociais, administrativas, relacionais ou atitudinais podem restringir o acesso a direitos, serviços ou atividades. As adaptações do ambiente podem reduzir muitas restrições e suas consequências.

Na abordagem do Autistão, a natureza autística não constitui, por si só, uma deficiência intrínseca. Para explicar por que uma pessoa se encontra impedida de estudar, trabalhar, comunicar-se ou utilizar um serviço, é necessário identificar precisamente a barreira encontrada e as características da situação que a produzem. Uma pessoa pode precisar de apoio significativo sem que suas qualidades e possibilidades sejam negadas. O guia deveria distinguir essa situação que gera impedimentos da própria identidade autística.
A ausência de consideração correta do autismo nas atitudes, nas regras e nas condições de acesso pode criar ou agravar situações que geram impedimentos. Essa qualificação descreve a situação de impedimento e seus mecanismos, e não uma deficiência intrínseca da natureza autística. Portanto, é importante não transformar, por meio de uma denominação geral, as consequências de um ambiente inadequado em propriedades negativas da pessoa.

2.2.1. Distinguir o impedimento funcional, a deficiência vivenciada e a situação que gera impedimentos

Nesta análise, « impedimento funcional » designa uma alteração ou limitação funcional cuja realidade deve ser avaliada em si mesma; « deficiência » designa o impedimento, a restrição ou a desvantagem efetivamente encontrada em uma situação; « situação de deficiência » descreve a condição em que uma pessoa se encontra assim impedida; e « situação que gera impedimentos » designa as circunstâncias materiais, humanas, administrativas ou organizacionais que produzem ou agravam esse impedimento. Esses termos não são intercambiáveis. Em particular, a existência de uma situação de deficiência não comprova, por si só, um impedimento funcional intrínseco.

Essa distinção também diz respeito ao ponto de partida do raciocínio: pode-se procurar saber se uma pessoa preenche os critérios de uma categoria administrativa, mas também se pode começar por identificar aquilo que, em determinado ambiente, impede concretamente o exercício de uma atividade ou de um direito. A atenção dedicada à situação que gera impedimentos permite examinar um problema por vezes modificável sem exigir, antes, um julgamento de valor sobre as características da pessoa. Ela não substitui nem o reconhecimento jurídico das pessoas com deficiência nem os apoios individuais necessários.

2.2.2. Variabilidade das situações ao longo do tempo e nos ambientes

O autismo de uma pessoa permanece, enquanto a acessibilidade de seus diferentes ambientes pode evoluir consideravelmente. Não se trata apenas de comparar dois lugares em determinado momento: uma pessoa autista pode trabalhar, estudar ou utilizar um serviço durante anos em um contexto suficientemente acessível; as mesmas atividades podem depois se tornar muito difíceis quando as relações humanas, as regras ou a maneira de comunicar mudam, sem uma transformação comparável de sua natureza autística. Inversamente, uma melhoria duradoura do contexto pode permitir que a pessoa recupere possibilidades anteriormente impedidas.

Os ambientes sociais não se limitam a elementos físicos: incluem as atitudes dos responsáveis, a possibilidade de pedir explicações sem ser julgado, a estabilidade das instruções, os procedimentos administrativos, a coerência das respostas, as expectativas implícitas e os meios de prevenir mal-entendidos. Essa análise pode ser pertinente para muitas formas de deficiência, mas tem importância particular nas situações relacionadas ao autismo, sobretudo quando as barreiras atitudinais ou relacionais são determinantes.

2.2.3. Sofrimentos, danos sociogerados e impedimentos: noções distintas

O impedimento nem sempre resulta de uma barreira imediatamente visível. Para as pessoas autistas, danos sociogerados sensoriais, mentais (psíquicos) ou de outra natureza, relacionados em especial a ambientes incompatíveis com suas particularidades, podem provocar desconforto ou sofrimento, depois esgotamento, afastamento ou impossibilidade de continuar a atividade. Em outros casos, a barreira à participação é direta. Portanto, é útil distinguir a barreira, os danos eventualmente

produzidos, os sofrimentos realmente experimentados e a situação de deficiência que pode resultar disso, em vez de atribuir tudo à palavra « autismo ».

2.2.4. Descrever a situação não elimina nem os direitos nem os apoios

Uma pessoa pode beneficiar-se do reconhecimento jurídico da deficiência e precisar de determinados apoios mesmo quando se encontra momentaneamente em um ambiente muito acessível. Da mesma forma, uma pessoa pode encontrar um impedimento concreto sem que sua origem já tenha sido identificada ou que o grau de um impedimento funcional tenha sido determinado. Esses dois planos — a proteção jurídica da pessoa e a análise das barreiras — devem ser examinados em conjunto, sem que um substitua o outro.

2.3. O sofrimento vivenciado: uma realidade essencial a identificar

Existe uma diferença fundamental entre as manifestações que as pessoas ao redor observam e a experiência realmente vivenciada pela pessoa. Um agente, professor, pai, mãe ou colega pode perceber agitação, recusa, dificuldade de comunicação ou reação incomum. A pessoa autista pode experimentar um sofrimento sensorial, corporal ou mental (psíquico) cuja causa não é imediatamente perceptível ao observador. O ambiente familiar integra plenamente o ambiente social em questão. As análises do Autistão descrevem danos sociogerados sensoriais, mentais (psíquicos) ou de outra natureza, especialmente perturbações do equilíbrio, da coerência ou da harmonia material e relacional. Esses danos podem provocar desconfortos e sofrimentos, seguidos de reações interpretadas como comportamentos problemáticos. A análise das causas e a redução rápida dos sofrimentos evitáveis deveriam ser prioritárias na resposta humana e institucional. A aprendizagem das convenções sociais e os outros apoios necessários podem desenvolver-se paralelamente, muitas vezes ao longo de um período muito mais extenso.

Um ambiente ou dispositivo pode tornar-se aparentemente mais calmo enquanto a pessoa continua sofrendo. Uma pessoa também pode realizar uma tarefa, participar de uma reunião ou obter um serviço à custa de esforços e desconfortos muito importantes. Portanto, o resultado observável e a qualidade real do acesso devem ser avaliados separadamente.

As expressões « sofrer de autismo », « sofrendo de autismo » e « ser afetado pelo autismo » exigem uma distinção terminológica essencial. Dizer que uma pessoa autista sofre constata uma experiência possível; dizer que ela « sofre de autismo » apresenta de imediato o autismo como a causa desse sofrimento. Ora, é preciso determinar as causas reais antes de nomeá-las. A expressão « sofrimentos das pessoas autistas » permite descrever as pessoas envolvidas sem prejulgar sua origem.

Na análise desenvolvida pela Organização Diplomática do Autistão, não é a natureza autística em si que faz sofrer. Os sofrimentos atribuídos ao autismo devem ser investigados nos danos vivenciados pelas pessoas autistas, em particular nos danos sociogerados sensoriais, mentais (psíquicos) ou de outra natureza, produzidos pela ausência de consideração correta do autismo no sistema social. As respostas devem visar essas causas e suas consequências que geram impedimentos, em vez de tratar a identidade autística como um problema a ser eliminado.

Essa distinção conceitual não consiste em negar a realidade de uma dificuldade, de uma dor, de um transtorno específico ou de uma condição associada. Ela impede sua assimilação automática à natureza autística. Para um guia de linguagem, a precisão decisiva consiste em nomear separadamente a pessoa, o sofrimento constatado, as causas efetivamente estabelecidas e as situações que geram impedimentos.

2.4. Esclarecer que « sofrer de autismo » atribui uma causa sem tê-la verificado

« Na descrição das dificuldades relacionadas ao autismo, recomenda-se distinguir as características da pessoa, os eventuais diagnósticos, os sofrimentos experimentados, as barreiras do ambiente e as situações de deficiência. A descrição dos comportamentos observados deve permitir a investigação de suas causas e de seu significado para a pessoa, levando em conta seus meios de comunicação e sua experiência. »

2.5. Precauções terminológicas para uma transposição fiel ao árabe

O francês permite distinguir, nas passagens anteriores, « handicap », « déficience », « situation de handicap », « situation handicapante », « barrière » e « accessibilité ». Entretanto, o uso francês da palavra « handicap » é, ele próprio, polissêmico: conforme o contexto, pode referir-se a uma condição ou status da pessoa ou a um impedimento produzido pelas circunstâncias. Nossa análise privilegia aqui esse segundo sentido para identificar situações concretas; não pretende apresentar esse uso como a única acepção francesa.

Na passagem ao árabe, é essencial não reduzir automaticamente todas essas noções à única palavra « الإعاقة », nem confundir « القصور » (impedimento ou limitação funcional) com « عوائق » (obstáculos ou barreiras). Conforme o contexto, « حالة تُعيق المشاركة » pode explicitar uma situação que impede a participação, e « بيئة مُعيقة » ou « ظروف مُعيقة » podem explicitar as características que geram impedimentos em um ambiente ou nas circunstâncias. Trata-se de formulações explicativas propostas para exame linguístico, não de uma terminologia oficial que pretendamos fixar no lugar dos especialistas arabófonos.

Essa precisão é importante para evitar um desvio de sentido: traduzir sistematicamente « situação que gera impedimentos » por uma expressão que designasse o impedimento funcional de uma pessoa faria desaparecer o mecanismo ambiental que se procura justamente tornar visível. A escolha final em árabe deveria conservar três informações distintas: aquilo que eventualmente caracteriza a pessoa, aquilo que constitui uma barreira no ambiente e a restrição efetivamente sofrida. Seria particularmente útil ilustrar essa diferença com frases concretas no guia, levando em conta os usos sauditas.

Nas eventuais traduções para o inglês ou o português, será necessária a mesma prudência. « Disability » e « deficiência » têm usos jurídicos reconhecidos, mas nem sempre constituem equivalentes transparentes de cada emprego francês de « handicap ». Quando se trata de uma situação precisamente geradora de impedimentos, é preferível explicar a barreira, a limitação da participação e o contexto a produzir uma tradução palavra por palavra que possa atribuir novamente o problema à pessoa.

3. Terminologia do autismo e denominações identitárias (seção C do guia saudita)

3.1. Sobre o exemplo « criança autista » na tabela saudita

Na parte C, princípio 2 (« استخدام لغة محايدة غير تمييزية »), a tabela recomenda a expressão « طفل ذو اضطراب طيف التوحد » em lugar de « طفل متوحد ». O exemplo diz respeito a uma criança; a recomendação pode, contudo, ser compreendida como um princípio geral de denominação de todas as pessoas autistas.

O mesmo capítulo reconhece, no princípio 1, que a regra chamada « pessoa em primeiro lugar » admite exceções e que certas pessoas preferem expressões identitárias, por exemplo nas comunidades surdas ou cegas. O guia cita as orientações das Nações Unidas sobre esse tema e recomenda levar em conta a escolha da pessoa.

Sugerimos estender esse raciocínio ao autismo. Uma expressão identitária pode ser precisa e respeitosa, e o nome de um diagnóstico pode ser empregado adequadamente quando as informações clínicas forem pertinentes. A distinção proposta esclarece as recomendações existentes sem questionar a denominação geral legalmente adotada na Arábia Saudita para as pessoas com deficiência.

3.2. Por que a lógica da « pessoa em primeiro lugar » foi elaborada?

A preferência institucional pelas formulações chamadas person-first responde a preocupações compreensíveis. Historicamente, as pessoas com deficiência foram reduzidas a categorias, incapacidades ou estereótipos. Mencionar explicitamente « pessoa » pôde servir para recordar a igualdade de dignidade e combater denominações desumanizantes. Também é legítimo considerar que uma característica nunca descreve, sozinha, toda a individualidade humana.

Entretanto, uma regra útil em determinados contextos não se torna necessariamente a melhor expressão para cada particularidade. No caso do autismo, a escolha terminológica envolve uma questão conceitual: o autismo é apresentado como uma característica duradoura da pessoa ou como algo que ela possui, ou ainda como um conjunto de transtornos pelos quais deve ser designada? As consequências dessas duas abordagens são diferentes.

> Essa precaução histórica é frequentemente motivada pelo desejo de não definir uma pessoa, em primeiro lugar, por uma característica considerada deficitária, patológica ou socialmente desvalorizada. Mas, nos Princípios do Autistão, o autismo não é uma doença, um defeito ou uma inferioridade em si: é uma natureza humana que inclui características, forças, qualidades e também dificuldades. O argumento que busca afastar uma característica julgada defeituosa não pode, portanto, ser transposto mecanicamente à identidade autística.
> Qualificar diretamente alguém como « autista » não equivale nem a declarar que essa característica seria sua única qualidade, nem a retirar sua humanidade. A ordem gramatical não representa uma hierarquia moral: em inglês, o adjetivo normalmente precede o substantivo em « autistic person », sem que « autistic » tenha por isso prioridade de dignidade sobre « person ».

3.3. Os argumentos a favor de uma denominação baseada na identidade

« Pessoa autista » associa diretamente um substantivo humano a um qualificativo. A pessoa pode ser simultaneamente autista, saudita, adulta, mãe, pai, estudante, profissional ou possuir numerosas outras características. Nenhum desses qualificativos, considerado isoladamente, constitui uma definição total de sua identidade. Portanto, é possível reconhecer uma particularidade importante sem reduzir uma pessoa a essa particularidade.

A expressão « autista » não contém, em seu sentido descritivo pretendido, nenhum julgamento lexical que qualifique o indivíduo como doente, deficiente, incapaz ou sofredor. O adjetivo pode adquirir um valor negativo quando empregado como insulto ou quando encontra preconceitos existentes. O trabalho de esclarecimento institucional pode justamente contribuir para distinguir a descrição respeitosa do uso depreciativo.

Outro argumento diz respeito à relação entre identidade e permanência. O autismo acompanha a pessoa ao longo de sua vida. Dificuldades, capacidades, comportamentos e necessidades de apoio podem evoluir, às vezes diminuir, às vezes aumentar segundo a idade e as circunstâncias. Uma pessoa continua autista ao se tornar adulta, mesmo quando certas dificuldades diminuem. A denominação identitária oferece uma continuidade compreensível entre infância, vida adulta e envelhecimento.

Por fim, a obrigação de repetir « pessoa » em cada menção a uma população pode tornar-se artificial em determinados usos. Na comunicação oficial, « pessoa autista » continua sendo uma forma muito satisfatória. Numa conversa entre pessoas autistas, « os autistas » ou a denominação escolhida pelo grupo também podem ser naturais e respeitosos. O guia pode consagrar essa liberdade, em vez de impor uma perífrase idêntica em todas as circunstâncias.

Não há vergonha inerente ao fato de ser autista. Uma denominação identitária direta não expressa doença, defeito nem indignidade. Ela pode reconhecer uma particularidade constitutiva da pessoa, sem lhe atribuir valor negativo e sem negar as dificuldades ou os apoios necessários. Nessa perspectiva, falar de uma « pessoa autista » ou, segundo os usos e a autodenominação, dos « autistas » não constitui, por si só, estigmatização.

Jim Sinclair destacou, entre outras coisas, um paradoxo: exigir que se recorde especialmente, por meio de uma perífrase repetida, que os autistas são pessoas pode sugerir involuntariamente que sua condição de pessoas não seria evidente. A precaução concebida como marca de respeito corre então o risco de comunicar justamente a ideia de uma diferença depreciativa que pretende combater. Essa objeção merece um exame substantivo, e não a simples classificação como preferência estilística.

Um segundo efeito paradoxal surge quando a conotação negativa da palavra « autista » provém principalmente dos preconceitos alheios. Se então se proíbe às pessoas autistas o uso de uma denominação identitária correta e se lhes impõe, em seu lugar, uma designação indireta ou medicalizada, faz-se recair sobre elas a consequência linguística desses preconceitos. O excesso de precaução pode assim manter a representação depreciativa que pretendia atenuar. Uma política inclusiva pode, ao contrário, contribuir para corrigir os preconceitos, sem pressupor que a identidade autística deveria ser ocultada atrás de um diagnóstico.

Reconhecer a legitimidade da denominação identitária não implica impor uma denominação a cada indivíduo. As preferências das pessoas autistas e as conotações efetivamente observadas nos diferentes usos devem ser levadas em conta; elas não justificam, por si só, transformar uma denominação diagnóstica na única forma de referência oficialmente respeitosa.

3.4. Por que a formulação que contém « transtorno » merece atenção especial?

Na tabela saudita, a passagem de « طفل متوحد » para « طفل ذو اضطراب طيف التوحد » introduz explicitamente a palavra « اضطراب », isto é, « transtorno ». Essa palavra tem uma função reconhecida nas categorias diagnósticas. Mas sua presença sistemática numa denominação geral pode orientar a atenção do leitor para um impedimento funcional ou uma anomalia, em vez de para a particularidade humana.

A questão é especialmente importante quando o guia recomenda valorizar as capacidades. Uma categoria de « transtorno » descreve principalmente dificuldades identificadas segundo um referencial clínico. O autismo enquanto natureza, na perspectiva dos Princípios do Autistão, também pode incluir aptidões e qualidades. Se o termo « autismo » for tratado exclusivamente como sinônimo de « transtorno », esse segundo aspecto torna-se mais difícil de expressar: uma « qualidade de um transtorno » é uma expressão conceitualmente mal definida, enquanto uma qualidade do funcionamento autístico pode ser estudada concretamente.

Propomos, consequentemente, reservar a terminologia diagnóstica aos textos que realmente precisem expressar um diagnóstico, um critério para obtenção de benefício ou uma informação de saúde, e escolher para as comunicações gerais uma forma descritiva sem qualificação deficitária imposta.

3.5. A construção « com / tendo autismo »: um problema de sentido

> As expressões francesas « personne avec autisme » e « personne ayant de l'autisme », assim como determinados decalques do inglês « person with autism », são gramaticalmente concebíveis. A dificuldade delas, na análise do Autistão, situa-se principalmente na imagem conceitual que sugerem: o autismo pode parecer algo acrescentado à pessoa ou carregado por ela, comparável, em certos usos, a um problema médico do qual estaria acometida.
> O verbo « ser » caracteriza diretamente a pessoa: « ela é autista ». O verbo « ter » pode ser apropriado para designar um diagnóstico recebido, uma condição coexistente, uma dificuldade constatada ou uma necessidade de apoio. A escolha de uma formulação adjetiva para o autismo destaca com mais clareza a continuidade de uma natureza pessoal.

A comparação com particularidades comuns torna essa questão acessível. Em francês, fala-se de uma « pessoa canhota » e não de uma « pessoa com canhotice »; de uma « pessoa alta » e não de uma « pessoa com altura elevada ». Essas analogias não equiparam todas as características ao autismo; mostram apenas que um adjetivo pode descrever diretamente uma característica duradoura sem diminuir a dignidade da pessoa.

O autor autista Jim Sinclair desenvolveu, já em 1999, vários argumentos dessa natureza em « Why I Dislike Person First Language ». Lydia Brown, em um texto publicado pela Autistic Self Advocacy Network, aprofundou a questão do valor atribuído à identidade autística. Esses trabalhos são úteis para compreender o raciocínio identitário, inclusive quando uma administração decide, por fim, adotar uma formulação adaptada à sua língua nacional.

Jim Sinclair : https://autismmythbusters.com/general-public/autistic-vs-people-with-autism/jim-sinclair-why-i-dislike-person-first-language/

Autistic Self Advocacy Network : https://autisticadvocacy.org/about-asan/identity-first-language/

Essa questão torna-se particularmente visível nas traduções para o inglês. A expressão correta « autistic person » coloca o adjetivo antes do substantivo, conforme a gramática inglesa; ela não reduz a pessoa a um impedimento funcional. Substituí-la automaticamente por « person with autism » e, às vezes, por « person with autism spectrum disorder » não é uma tradução neutra do mesmo sentido:

passa-se de uma caracterização identitária para uma construção possessiva ou uma designação diagnóstica.

A questão não é puramente teórica na Arábia Saudita. Uma página em inglês do Ministério da Saúde esclarece « Autism is not a disease » e reconhece forças e dificuldades diversas, embora também utilize « person with autism ». Uma seção de serviços em inglês da Autoridade das Pessoas com Deficiência emprega « people with autism disorder » na descrição de um cartão vinculado a benefícios. Esses usos documentam a presença de formulações possessivas ou diagnósticas na comunicação saudita em inglês; por si só, não demonstram a existência de uma política uniforme de tradução.

Propomos que o guia indique como preservar as distinções de sentido na passagem do árabe para o inglês: para se referir às pessoas na comunicação geral, pode-se escolher uma formulação identitária natural como « autistic person » ou « autistic people »; quando uma informação diagnóstica for realmente necessária, ela poderá ser mencionada expressamente. Uma formulação adjetiva árabe não deveria ser transformada mecanicamente em « person with autism » pelo simples motivo de que o inglês coloca o substantivo depois do adjetivo.

3.6. A ordem das palavras em árabe: uma consideração decisiva

Na maioria das construções descritivas pertinentes, o árabe coloca o substantivo antes do adjetivo: « شخص توحدي » pode, assim, ser aproximado de « pessoa autista », e « طفل متوحد », de « criança autista ». O termo que indica a pessoa ou a criança já aparece primeiro. Convém, portanto, distinguir duas questões: a ordem gramatical das palavras e a concepção de autismo expressa pela terminologia.

Em inglês, o adjetivo normalmente vem antes do substantivo em « autistic person », enquanto uma construção possessiva como « person with autism » começa por « person ». Essa particularidade do inglês explica, em parte, a percepção visual da regra person-first. Em árabe, colocar « شخص » ou « طفل » antes do adjetivo já permite uma formulação explicitamente centrada na pessoa, sem precisar acrescentar a palavra « transtorno ».

A construção árabe « ذو » também pode introduzir uma característica ou condição de maneira respeitosa. Seu uso em « الأشخاص ذوي الإعاقة » faz parte da terminologia oficial da deficiência. Convém evitar estender automaticamente essa construção a todas as palavras associadas ao autismo, especialmente quando isso resulta numa denominação mais medicalizada do que o adjetivo direto.

3.7. O problema específico das conotações de « متوحد »

O termo « متوحد » pertence a uma família lexical árabe associada à unicidade, ao fato de estar só ou de se afastar, conforme os usos. Na linguagem moderna da saúde, « التوحد » também designa o autismo. A coexistência desses significados merece uma análise local cuidadosa. Um ouvinte poderia, segundo o contexto, associar « متوحد » à ideia de solidão ou isolamento e, em seguida, deduzir erroneamente que todas as pessoas autistas não teriam interesse pelos outros.

Essa ambiguidade é uma razão válida para precisar os termos e seus significados. Ela exige o exame de várias soluções: utilizar uma forma adjetiva mais especificamente relacionada ao sentido contemporâneo de autismo; manter um termo existente, explicando claramente seu sentido especializado; ou adotar, em certos contextos, uma formulação descritiva que mencione o espectro sem qualificar a pessoa como portadora de um transtorno.

Uma recomendação terminológica também pode ter uma função educativa. Se uma palavra respeitosa encontra preconceitos sociais, a administração pode contribuir para reduzi-los por meio de esclarecimento oficial, exemplos de uso, formações e uma comunicação coerente. Uma conotação herdada constitui um elemento a ser estudado na escolha do termo; a prioridade continua sendo o interesse das pessoas, a exatidão da descrição e a qualidade de sua participação.

A consideração dos usos locais deve incluir não apenas o risco de uma palavra ser entendida pejorativamente, mas também o custo humano e conceitual de sua substituição obrigatória. Uma conotação herdada de preconceitos não equivale a uma propriedade depreciativa do autismo. Ela pode justificar um esclarecimento do sentido, uma melhoria das representações e um exame das

preferências das pessoas autistas arabófonas. Portanto, a escolha entre « متوحد », « توحدي » e outras formas deve fundamentar-se no uso e na consulta às pessoas interessadas, sem estabelecer de antemão o diagnóstico como única solução respeitosa.

3.8. Comparação de possíveis formulações em árabe

Primeira opção: « شخص توحدي » — denominação identitária concisa que pode corresponder a « pessoa autista ». Merece atenção prioritária como candidata a uma expressão sem referência diagnóstica. Sua naturalidade e suas conotações nos diferentes usos sauditas devem ser avaliadas com precisão.

Segunda opção: « شخص متوحد » — forma adjetiva já reconhecível, relacionada ao sentido especializado do autismo, mas que também pode evocar a ideia de solidão. Um esclarecimento explícito do sentido e do uso pode permitir avaliar sua aceitabilidade.

Terceira opção: « شخص على طيف التوحد » — « pessoa no espectro do autismo ». Essa expressão descreve a diversidade dos perfis sem fazer do « espectro » uma coisa que a pessoa possuiria. O espectro representa configurações de particularidades e necessidades: é melhor compreendê-lo como multidimensional, e não como uma simples escala única de gravidade.

Quarta opção: « شخص لديه التوحد » — formulação do tipo « pessoa que tem autismo », conhecida em certas recomendações institucionais. Evita a palavra « transtorno », mas conserva a lógica possessiva que suscita as ressalvas conceituais anteriores.

Quinta opção: « شخص ذو طيف توحد » — « pessoa que tem um espectro do autismo » numa tradução literal. Essa expressão pode ser familiar em determinados guias, mas pode criar uma ambiguidade: o espectro é uma maneira de descrever a diversidade dos perfis, e não uma propriedade individual possuída como um objeto. O efeito real da construção árabe deve ser avaliado na própria língua.

Sexta opção: « شخص ذو اضطراب طيف التوحد » — formulação baseada na denominação diagnóstica. É particularmente adequada quando o diagnóstico precisa ser especificado. Como denominação geral, apresenta a desvantagem de introduzir a noção de transtorno na designação de toda a população.

Sétima opção: « شخص شُخِّص باضطراب طيف التوحد » — « pessoa que recebeu um diagnóstico de transtorno do espectro do autismo ». Essa última formulação distingue com precisão o fato de ter recebido um diagnóstico da maneira geral de denominar as pessoas autistas; é adequada aos contextos em que a situação diagnóstica é diretamente pertinente.

3.9. Quando empregar uma denominação identitária e quando mencionar um diagnóstico?

A Organização Diplomática do Autistão recomenda reconhecer expressamente a legitimidade de uma denominação identitária árabe natural do tipo « pessoa autista » e evitar sua classificação automática entre as expressões discriminatórias. A comparação anterior apresenta « شخص توحدي » como uma candidata a ser examinada prioritariamente, deixando, contudo, às autoridades arabófonas competentes a avaliação de sua melhor realização linguística e a possibilidade de levar em conta as preferências individuais.

O guia poderia distinguir os termos empregados para denominar as pessoas, as descrições de seu funcionamento, as dificuldades ou necessidades de apoio e as denominações diagnósticas. Seria útil que a regra oficial apresentasse os contextos de emprego de cada uma dessas categorias, em vez de uma simples oposição entre um termo autorizado e outro proibido.

3.10. Variante proposta para o exemplo da tabela da parte C

Texto proposto em português:

« Para falar do autismo na vida pública, pode-se utilizar uma denominação identitária respeitosa equivalente a “pessoa autista”, “criança autista” ou “adulto autista”. A escolha deve levar em conta a língua árabe e as preferências das pessoas interessadas. As expressões que designam o transtorno do espectro do autismo podem ser empregadas quando o diagnóstico é pertinente para a comunicação. Evite apresentar as denominações identitárias como depreciativas por si só. »

Formulação proposta em árabe:

« عند الحديث عن التوحد في الخطاب العام، يمكن استخدام وصف يحترم هوية الشخص، مثل «شخص توحدي» أو «شخص على طيف التوحد»، وفق الاستعمال اللغوي المناسب وتفضيل الشخص المعني. ويُستخدم مصطلح «اضطراب طيف التوحد» عند الحاجة إلى الدقة التشخيصية أو النظامية. ويُراعى أن الوصف المتعلق بالتوحد لا يختزل الشخص في صفة واحدة، وأن الاختلافات والاحتياجات تختلف من فرد إلى آخر ومن مرحلة عمرية إلى أخرى. »

Essa passagem privilegia uma regra explicativa e vários usos precisos. O exemplo « طفل متوحد » da tabela pode, assim, ser reexaminado em seu contexto linguístico, em vez de ser assimilado de imediato a uma expressão ofensiva.

4. Terminologia, acessibilidade e comunicação (seção D do guia saudita)

4.1. Distinguir impedimento funcional, deficiência e situação vivenciada

O projeto já distingue « القصور » — impedimento ou alteração funcional — de « الإعاقة » — deficiência resultante da interação com barreiras. Apoiamos essa escolha, que permite evitar a confusão entre uma característica individual e a limitação de participação que uma situação pode produzir.

No campo do autismo, essa precisão deveria ser acompanhada de um reconhecimento explícito das barreiras atitudinais e de comunicação. Uma pessoa pode encontrar grandes dificuldades numa interação precisamente porque suas palavras ou reações são interpretadas segundo normas que não correspondem à sua intenção nem à sua experiência.
A terminologia deveria ajudar a nomear essas barreiras como tais. As expressões « barreira atitudinal », « dificuldade de comunicação », « sofrimento causado por uma situação » e « impedimento » permitem designar mecanismos que exigem correções diferentes daquelas de um diagnóstico ou de um impedimento funcional.

4.2. Acessibilidade real: ser admitido e poder participar com dignidade

A parte D distingue o direito de acessar um lugar ou serviço de sua acessibilidade efetiva. Essa distinção pode ser aprofundada no caso do autismo. É possível ser oficialmente admitido numa reunião, numa escola ou num serviço e, ao mesmo tempo, continuar exposto a um ambiente sensorial penoso, a contradições nas instruções, a interpretações injustas ou a recusas repetidas de esclarecimento.

Seria conveniente incluir as condições de comunicação como dimensão plena da acessibilidade: possibilidade de comunicar-se por escrito quando isso for preferível, tempo necessário para responder, explicações explícitas, verificação dos mal-entendidos e acesso a assistência especializada em caso de conflito difícil de resolver diretamente.

A acessibilidade em matéria de autismo não consiste apenas em ser admitido ou participar: pressupõe também poder realizar as atividades escolhidas sem ser submetido a interações, incompreensões ou estímulos desnecessariamente penosos. As barreiras atitudinais podem ser particularmente importantes: presumir uma intenção negativa, confundir insistência com agressividade, recusar um esclarecimento, impor uma única maneira de comunicar-se ou interpretar a necessidade de se afastar como recusa de cooperação. A possibilidade de proteger-se de uma situação prejudicial, escolher outro modo de comunicação ou dispor de um espaço tranquilo também faz parte das condições concretas de acessibilidade.

4.3. Sofrimentos e manifestações visíveis: uma escolha de vocabulário que orienta a intervenção

Quando uma instituição fala apenas de « comportamento perturbador », descreve o que observa ou sofre. Quando também descreve os sofrimentos experimentados pela pessoa e investiga os danos que estão na origem desses sofrimentos, ela pode identificar intervenções preventivas mais eficazes e menos restritivas.
A Organização Diplomática do Autistão considera que a redução dos sofrimentos evitáveis deve receber prioridade moral e prática imediata. As aprendizagens específicas da comunicação social, a educação familiar e os outros apoios podem

prosseguir paralelamente. Algumas aprendizagens são demoradas; a melhoria das condições de vida e das relações pode, muitas vezes, começar muito antes.

Assim, a linguagem utilizada nos relatórios profissionais deveria distinguir:

- o fato materialmente constatado;
- o desconforto ou sofrimento expressado, ou os indícios a examinar;
- a interpretação apresentada por uma testemunha;
- as causas investigadas;
- a adaptação ou assistência proposta;
- os efeitos dessa resposta sobre a situação vivenciada.

Um quadro assim incentiva a precisão e reduz a tendência de transformar julgamentos apressados em descrições definitivas da pessoa.

Essa exigência de precisão também diz respeito à redação dos documentos institucionais: escrever « sofre de autismo » pode atribuir à natureza autística um sofrimento cujas causas não foram examinadas. Preferir « pessoa autista que experimenta sofrimento » ou nomear a causa identificada permite buscar as medidas apropriadas sem confundir identidade, experiência vivenciada e mecanismo causal. A diferença de formulação pode, portanto, orientar concretamente a compreensão e a resposta da instituição.

4.4. Distinguir as palavras, sua interpretação e a intenção real

Uma palavra pronunciada, o sentido que lhe atribui o destinatário e a intenção real de seu autor constituem três realidades distintas. As situações de deficiência relacionadas ao autismo podem tornar-se particularmente dolorosas quando essas realidades são confundidas.
Por exemplo, um pedido repetido de correção de um erro administrativo pode ser interpretado como vontade de provocar ou ofender, embora expresse a necessidade de assegurar o respeito a uma informação correta. A repetição pode decorrer do fato de que a explicação solicitada nunca foi dada. O fato de o observador sentir irritação não comprova uma intenção hostil de quem faz o pedido.
A atitude recomendada consiste em verificar o conteúdo do pedido, solicitar um esclarecimento acessível se necessário e evitar registrar uma intenção atribuída sem fatos capazes de fundamentá-la. Em situações de tensão, um serviço de facilitação social, administrativa e jurídica especializado em autismo poderia contribuir para resolver rapidamente o mal-entendido.

4.5. Orientação proposta para evitar erros de interpretação

« Para as pessoas cuja comunicação difere das convenções habituais, recomenda-se distinguir a mensagem efetivamente expressa, sua interpretação pelas pessoas ao redor e a intenção de seu autor. Uma comunicação clara, paciente e verificável, com adaptações apropriadas, reduz os mal-entendidos e as barreiras atitudinais. As reações incomuns deveriam ser avaliadas à luz de seu contexto e das informações acessíveis sobre a situação vivenciada. »

4.6. Necessidades reais e direitos

Compartilhamos a preocupação de apresentar as adaptações como direitos, e não como favores. No entanto, a oposição entre a palavra « necessidade » (الاحتياجات) e « exigência » (المتطلبات) poderia ser matizada: uma necessidade real de acessibilidade pode coexistir com o direito à adaptação correspondente. A necessidade e o direito não se excluem; o que deve ser evitado é a apresentação da necessidade como inferioridade ou dependência vergonhosa. Sugerimos uma formulação matizada conforme o contexto.

4.7. Esclarecimento sobre « Captions » e « Subtitles »

A seção « Captions / Subtitles » apresenta a inserção das captions como permanente e a exibição das subtitles como opcional. Essa apresentação não abrange toda a distinção técnica: o W3C distingue open captions (sempre visíveis) e closed captions (que podem ser ativadas ou desativadas). A diferença pertinente diz respeito, especialmente, à transcrição das informações sonoras não verbais e à identificação de quem fala, e não necessariamente ao modo de exibição. Sugerimos precisar essa definição. Fonte: https://www.w3.org/TR/media-accessibility-reqs/

4.8. Acessibilidade em matéria de autismo: alcance sistêmico e barreiras atitudinais

A noção de acessibilidade já está presente nos trabalhos sauditas sobre deficiência. A Autoridade das Pessoas com Deficiência publica, entre outros materiais, guias gerais e recursos relativos às adaptações profissionais, inclusive um dedicado às pessoas no espectro do autismo. Saudamos a existência desses recursos. A presente análise não pretende avaliar sua abrangência nem pressupor a ausência de medidas no Reino: procura precisar, no contexto de um guia de linguagem inclusiva, o sentido e a extensão da acessibilidade específica em matéria de autismo.

> A acessibilidade em matéria de autismo não se limita ao acesso físico a um edifício, às adaptações sensoriais nem apenas ao contexto profissional. Possui uma dimensão sistêmica, pois situações que geram impedimentos podem surgir em todos os domínios da vida. Segundo as análises e a experiência da Organização Diplomática do Autistão, as barreiras atitudinais estão frequentemente entre as mais importantes para as pessoas autistas, às vezes até mais do que as barreiras materiais: julgamentos precipitados, atribuição de intenções hostis, falta de paciência, incompreensão dos modos de comunicação autísticos, exigências sociais implícitas, recusa de esclarecimentos ou interpretação negativa de uma reação de proteção. Esses mecanismos podem produzir danos sociogerados, especialmente mentais ou psíquicos, e sofrimentos que posteriormente restringem as possibilidades de agir ou participar.

A mesma exigência de compreensão pode abranger as relações familiares e de vizinhança, a educação, a saúde, os serviços sociais, os procedimentos administrativos, a justiça, os transportes, a moradia, o comércio, a cultura, o lazer, os serviços de emergência e, evidentemente, o emprego. Não se trata de pressupor que essas questões já não sejam consideradas pelos dispositivos sauditas: seria simplesmente valioso que as orientações gerais de acessibilidade e a linguagem institucional tornassem explícita sua abrangência, dando continuidade às iniciativas existentes. Tal abordagem não exige necessariamente uma nova estrutura administrativa; ressalta a importância de uma consideração coerente e transversal do autismo nos diversos serviços e ambientes.

A acessibilidade atitudinal não se reduz à benevolência abstrata. Manifesta-se nas práticas concretas: escutar o sentido das palavras antes de qualificá-las, verificar os fatos antes de atribuir uma intenção, responder com precisão aos pedidos, explicar as mudanças, respeitar as preferências de comunicação e evitar reações defensivas diante de uma incompreensão. Complementa a

acessibilidade sensorial, organizacional e material e pode contribuir para prevenir situações que geram impedimentos antes que uma assistência individual ou uma compensação se torne necessária.

Formulação proposta para complementar a seção D: « A acessibilidade efetiva diz respeito às condições que permitem às pessoas, nos diversos domínios da vida, utilizar os serviços, exercer seus direitos e realizar suas atividades sem barreiras evitáveis. Para as pessoas autistas, essas condições podem incluir, especialmente, as atitudes dos interlocutores, a compreensão mútua, a clareza da comunicação, as práticas administrativas e organizacionais, bem como o ambiente sensorial. A atenção dedicada a essas dimensões, especialmente às barreiras atitudinais, contribui para evitar que dificuldades criadas por uma situação sejam atribuídas erroneamente à própria pessoa. »

5. Gramática árabe e uso de « ذو » (seção E do guia saudita)

5.1. A regra gramatical de « ذو » não basta para escolher uma denominação

A parte E explica o comportamento gramatical de « ذو » e de suas diferentes formas conforme o número e a função na frase. Essa precisão é útil para formulações oficiais como « الأشخاص ذوي الإعاقة ».

A correção gramatical de uma formulação que utiliza « ذو » não basta para torná-la preferível em todos os contextos. Por exemplo, « طفل ذو اضطراب طيف التوحد » pode ser gramaticalmente correta, mas acrescenta uma categoria diagnóstica quando se trata apenas de falar de uma « criança autista ». Em árabe, o substantivo que designa a pessoa já aparece antes do adjetivo em « طفل متوحد ». Portanto, o guia deveria distinguir a correção gramatical de « ذو » da escolha do termo que descreve exatamente aquilo que se deseja dizer.

5.2. Quando empregar « ذو » e quando utilizar uma denominação adjetiva?

« As recomendações gramaticais relativas a « ذو » aplicam-se quando essa construção corresponde ao sentido pretendido. Para designar uma característica pessoal que pode ser expressa por um adjetivo respeitoso, podem ser escolhidas as formulações nominais e adjetivas naturais do árabe. A escolha da construção depende tanto da exatidão linguística quanto da precisão conceitual. »

6. Questões práticas: vida adulta e emprego (seção F do guia saudita)

6.1. Incluir explicitamente os adultos

O exemplo atual dedicado ao autismo limita-se a uma « criança ». Uma orientação terminológica geral seria enriquecida ao mostrar a continuidade do autismo na existência humana, com exemplos relativos ao emprego, aos serviços públicos e à vida adulta. As características autísticas persistem ao longo da vida, enquanto as dificuldades e necessidades podem evoluir segundo as pessoas e os contextos.

Exemplo proposto para o guia: « Em uma apresentação profissional, a denominação identitária respeitosa escolhida para um empregado autista pode ser utilizada quando essa característica tiver relação direta com o assunto do texto. A denominação diagnóstica deve ser reservada aos casos em que a informação médica for efetivamente pertinente e comunicada de acordo com as regras de confidencialidade aplicáveis. »

6.2. A comunicação profissional não se limita ao sensorial

Os guias de emprego dedicados ao autismo tratam frequentemente da iluminação, do ruído, da temperatura e da necessidade de um espaço de trabalho tranquilo. Essas questões são importantes. As relações com colegas, superiores hierárquicos e clientes exigem atenção igualmente precisa: pedidos expressos com franqueza, indiretas, instruções que mudam, suposições de má vontade, comentários feitos na ausência da pessoa, assédio, desconforto diante de uma atividade coletiva ou recusa de participar de um evento social facultativo.

É útil considerar a liberdade de interesses. Uma pessoa autista pode não desejar participar das conversas sociais habituais de seus colegas, exatamente como eles podem não compartilhar seus interesses especializados. O respeito a essa reciprocidade permite distinguir uma preferência legítima de uma falta profissional. A originalidade dos centros de interesse pode, às vezes, favorecer a qualidade do trabalho, a precisão ou a inovação, sem que a dignidade da pessoa dependa de um desempenho específico.

A possibilidade de escolher a comunicação escrita frequentemente facilita a precisão dos fatos e a preparação das respostas. Quando a comunicação escrita não é suficiente para resolver um conflito, um encontro oral previamente preparado ou uma mediação pode ser mais adequado. O princípio útil é escolher os meios de comunicação segundo sua eficácia e acessibilidade reais.

Os exemplos profissionais apresentados nesta seção constituem apenas uma aplicação particular de uma exigência de acessibilidade muito mais ampla. Mecanismos atitudinais semelhantes podem ser encontrados nos serviços públicos, nos estabelecimentos de saúde, no ensino, na família e nas diversas interações da vida cotidiana. Uma resposta institucional coerente beneficia-se, portanto, de considerar essas dimensões em conjunto.

6.3. É possível retomar « pessoa autista » em um documento profissional?

Pergunta: « Um colega se apresenta como uma pessoa autista. É possível utilizar essa expressão num texto profissional? »

Resposta proposta: « Sim, quando a menção ao autismo for pertinente e as regras aplicáveis de confidencialidade forem respeitadas. A denominação identitária pode ser uma maneira direta e respeitosa de falar da pessoa. A escolha da denominação pode ser confirmada com ela quando isso for possível. »

6.4. Como lidar com um pedido repetido interpretado como agressivo?

Pergunta: « Uma pessoa repete insistentemente um pedido e seu interlocutor vê nisso agressividade. Como melhorar a comunicação? »

Resposta proposta: « Distinguir os fatos expressos da intenção suposta. Verificar o pedido e as respostas já fornecidas, propor uma explicação clara, eventualmente por escrito, e investigar as barreiras que impedem a compreensão recíproca. Uma assistência especializada ou mediação pode ser mobilizada caso o mal-entendido persista. »

6.5. É necessário empregar « transtorno » para descrever as necessidades de uma pessoa?

Pergunta: « É necessário apresentar sistematicamente o autismo como um transtorno ao falar das necessidades de uma pessoa? »

Resposta proposta: « As necessidades podem ser descritas diretamente: adaptação sensorial, comunicação explícita, prazo de resposta, apoio personalizado, acessibilidade de um serviço ou qualquer outra dificuldade efetivamente identificada. O nome de um diagnóstico é útil quando sua menção é necessária ao contexto. Uma denominação identitária é adequada para falar das pessoas nas comunicações gerais. »

6.6. Uma situação profissional a esclarecer: o caso de Alibek Karatay no Cazaquistão

Um estudo de caso preparado pela Organização Diplomática do Autistão diz respeito a Alibek Karatay, empregado autista do Burger King Kazakhstan. De acordo com os documentos reunidos, ele foi contratado em novembro de 2022 e pôde exercer seu emprego durante mais de três anos. Depoimentos descrevem um período de trabalho relativamente estável, com tarefas suficientemente claras e relações profissionais favoráveis. Posteriormente, uma mudança na gestão e na organização do trabalho foi seguida por dificuldades importantes, até a ruptura da situação profissional.

> O interesse desse exemplo para a terminologia reside no fato de que as particularidades autísticas de Alibek não haviam mudado de natureza. Em contrapartida, as condições humanas e organizacionais em que ele trabalhava teriam mudado de maneira determinante. Os depoimentos mencionam especialmente a forma de transmitir instruções, a previsibilidade das tarefas, as atitudes de alguns responsáveis e a pressão sentida. Esse exemplo permite distinguir uma característica duradoura da pessoa de uma situação de deficiência cuja importância pode evoluir consideravelmente conforme o contexto, inclusive ao longo de vários anos.

O dossiê distingue os documentos verificáveis, os depoimentos do próprio interessado e de pessoas próximas, as observações dos colegas e as posições do empregador. Esse exemplo permite mostrar, a partir de uma situação profissional real, por que a linguagem pública ganha ao descrever também as condições que geram impedimentos e os mecanismos de sua evolução, em vez de sugerir que um grau de deficiência estaria fixado de uma vez por todas na pessoa.

Um artigo documentado dedicado a essa situação está sendo preparado para Autistan.kz; ainda não foi publicado. A Organização poderá, se isso interessar às autoridades sauditas, apresentar

posteriormente os esclarecimentos públicos pertinentes sobre os mecanismos de acessibilidade e comunicação destacados por esse estudo.

7. Referências e experiências internacionais (seção G do guia saudita)

7.1. Austrália: uma estratégia nacional que emprega a denominação identitária

A National Autism Strategy 2025–2031 do governo australiano emprega « Autistic people » como formulação geral, ao mesmo tempo que reconhece que as pessoas interessadas têm diferentes preferências linguísticas. Essa orientação foi definida após um processo de consulta. O documento também recorda a diversidade das necessidades de apoio e a existência de barreiras sociais, institucionais e atitudinais. O exemplo mostra que uma instituição pública pode adotar uma expressão identitária sem negligenciar as medidas de apoio e os serviços.

Referência: Governo australiano, National Autism Strategy 2025–2031.

https://www.health.gov.au/resources/publications/national-autism-strategy-2025-2031

7.2. Irlanda: orientações oficiais adaptadas à ausência de consenso universal

A National Disability Authority da Irlanda publicou em 2026 uma revisão de suas recomendações sobre a linguagem relativa à deficiência. Busca simultaneamente a coerência entre as administrações e a consideração respeitosa das diferentes preferências. Essa abordagem é pertinente para a elaboração de um guia saudita: uma regra clara pode incluir critérios que permitam empregar diferentes formas sem tratá-las como erros em todas as circunstâncias.

Referência: National Disability Authority, Advice Paper on Disability Language and Terminology, 2026.

https://nda.ie/publications/nda-advice-paper-on-disability-language-and-terminology

7.3. Ilha de Man: uso institucional de « Autism Spectrum Condition »

O governo da Ilha de Man emprega a denominação « Autism Spectrum Condition » (ASC) em sua estratégia 2024–2034. Esse precedente demonstra que uma denominação institucional sem a palavra « disorder » pode ser utilizada numa política pública dedicada ao autismo. A noção de « condition » constitui uma alternativa técnica a ser estudada, especialmente quando a autoridade deseja mencionar uma categoria e, ao mesmo tempo, limitar as conotações deficitárias. Ela não apresenta as mesmas vantagens de simplicidade que a expressão geral « pessoa autista ».

Referência: Isle of Man Government, ASC Strategy 2024–2034, comunicado de 1º de outubro de 2026.

https://www.gov.im/news/2026/oct/01/third-phase-of-work-to-make-island-more-autism-friendly-begins/

7.4. Argumentos desenvolvidos por autores e organizações autistas

Jim Sinclair (1999) e Lydia Brown, cujo texto é reproduzido pela Autistic Self Advocacy Network, mostram que a escolha entre identity-first e person-first também expressa uma concepção do que constitui uma característica pessoal fundamental. Uma terminologia pode ser gramaticalmente aceita e, ainda assim, suscitar uma representação insatisfatória. As administrações podem examinar esses argumentos para fundamentar suas escolhas linguísticas na compreensão da identidade e dos efeitos das palavras, em vez de apenas numa convenção geral.

Referências:

Jim Sinclair, Why I Dislike Person First Language, 1999.

https://autismmythbusters.com/general-public/autistic-vs-people-with-autism/jim-sinclair-why-i-dislike-person-first-language/

Lydia Brown, Identity-First Language, Autistic Self Advocacy Network.

https://autisticadvocacy.org/about-asan/identity-first-language/

As análises conceituais apresentadas nesta contribuição também são explicitadas nas publicações públicas do Autistão e da Autismologia. Esses textos documentam especialmente a distinção entre autismo e transtornos, a origem sociogerada de muitos sofrimentos e o papel das situações que geram impedimentos; são citados aqui como propostas próprias da Organização, e não como classificações médicas oficiais.

Organização Diplomática do Autistão, « Explicações sobre o autismo »: https://Autistan.org/autisme/

Organização Diplomática do Autistão, « Visita do Embaixador do Nepal à Embaixada do Autistão » (distinção entre autismo, transtornos e sofrimentos): https://Autistan.org/visite-ambassadeur-nepal-ambassade-autistan-approche-humaine-accessible-autisme/

Autismologia, « O que é a Autismologia? »: https://autismology.org/?about=autismology&lang=fr

Alliance Autiste, apresentação e crítica da expressão « ser afetado pelo autismo »: https://allianceautiste.org/presentation.htm

Organização Diplomática do Autistão, « Contribuições sobre o autismo para o projeto do Código Brasileiro da Inclusão », estudo encaminhado à Câmara dos Deputados do Brasil em 22 de maio de 2025 (com nota de retificação terminológica publicada em maio de 2026). Esse trabalho examina especialmente a diferença entre impedimento funcional, deficiência situacional, barreiras atitudinais e acessibilidade: https://autistan.ong.br/contribuicoes-autismo-projeto-codigo-brasileiro-inclusao/

7.5. Principais referências sauditas

Autoridade saudita responsável pelas pessoas com deficiência, projeto « إرشادات اللغة الشاملة في الإعاقة », atualizado no Istitlaa em 12 de outubro de 2026.

https://istitlaa.scbc.gov.sa/ar/Labor/apd/InclusiveLanguage/Pages/default.aspx

Autoridade saudita responsável pelas pessoas com deficiência, anúncio público da consulta, 21 de outubro de 2026.

https://apd.apd.gov.sa/en/blog/news-2/inclusive-language-guidelines-on-disability-survey-253

Agência de Imprensa Saudita, comunicação relativa à adoção da denominação oficial « الأشخاص ذوي الإعاقة ».

https://www.spa.gov.sa/1933518

Fundo Saudita de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, « Guia de uso da linguagem que coloca a pessoa em primeiro lugar » (segunda edição, 1438 H): https://www.hrdf.org.sa/media/Tawafuq/Content/documents/rights/pdf/Person_First_Language_AR_Final.pdf

Autoridade das Pessoas com Deficiência, guia de janeiro de 2017 sobre adaptações para pessoas no espectro do autismo, especialmente a página 13: https://www.apd.gov.sa/web/content/4048?unique=27cb5a5996da27338fd9d9b54238826eaf08a0a7

Ministério da Saúde da Arábia Saudita, « Child Health — Autism Spectrum Disorder » (versão em inglês): https://www.moh.gov.sa/en/HealthAwareness/EducationalContent/BabyHealth/Pages/Autism-Spectrum-Disorder.aspx

Autoridade das Pessoas com Deficiência, catálogo de serviços (versão em inglês): https://www.apd.gov.sa/en/service

Autoridade das Pessoas com Deficiência, catálogo oficial dos guias de acessibilidade e adaptações profissionais, que inclui um recurso dedicado às pessoas no espectro do autismo: https://www.apd.gov.sa/en/sources

7.6. Verificação das remissões bibliográficas

Duas remissões poderiam beneficiar-se de uma verificação editorial. A introdução remete à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência sob o número (4), mas a entrada (4) da bibliografia corresponde a uma publicação estatística, enquanto a Convenção aparece em (5). A estatística nacional « um saudita em cada quinze » apresenta a remissão (8), embora a fonte (8) seja um artigo SemEval 2020 sobre detecção multilíngue de mensagens ofensivas. Seria útil verificar e corrigir essas referências sem introduzir uma fonte estatística substituta que não tenha sido identificada.

7.7. Lições dos precedentes sauditas e dos usos em inglês

O guia do Human Resources Development Fund e o documento saudita de janeiro de 2017 explicam a escolha da linguagem « pessoa em primeiro lugar » pela vontade de não reduzir a pessoa a uma única característica. Esse princípio merece ser respeitado em sua intenção; entretanto, a palavra « pessoa » já aparece em « pessoa autista » e, em árabe, « طفل » precede « متوحد ». A questão decisiva diz respeito, portanto, ao sentido atribuído ao autismo e à legitimidade de uma denominação identitária, e não apenas à presença do substantivo humano na primeira posição.

Os exemplos atuais de língua inglesa mostram a importância de assegurar coerência entre as versões linguísticas dos guias e dos serviços. O reconhecimento oficial de que o autismo não é uma doença pode, assim, vir acompanhado de uma distinção mais clara entre a linguagem identitária das comunicações correntes e a linguagem diagnóstica reservada à sua finalidade própria.

7.8. Uma experiência concreta de análise de situações no Cazaquistão

Durante o acampamento de verão inclusivo Pioneer, perto de Almaty (Cazaquistão), em julho e agosto de 2016, o fundador da Organização Diplomática do Autistão participou como conselheiro autista voluntário. O relatório publicado em Autistan.kz apresenta observações circunstanciadas, orientações e análises de situações individuais. Mostra, especialmente, a importância de investigar as causas de dificuldades por vezes pouco visíveis para as pessoas ao redor, distinguir os danos provenientes do ambiente material e humano e adaptar as práticas em consequência. Essa experiência ilustra a possibilidade de associar a compreensão conceitual do autismo à análise precisa de situações reais.

Referência: Organização Diplomática do Autistão, « Orientações eficazes do Autistão durante um acampamento de verão inclusivo no Cazaquistão », relato de julho-agosto de 2016 publicado em 2021: https://autistan.kz/fr/conseils-efficaces-de-l-autistan-lors-d-un-camp-d-ete-inclusif-au-kazakhstan/

Versão em inglês: https://autistan.kz/en/efficient-counselling-from-autistan-during-an-inclusive-summer-camp-in-kazakhstan/

8. Recomendações conclusivas

8.1. Não classificar automaticamente « criança autista » entre as formulações a evitar

Na seção C do guia saudita, a tabela coloca « طفل متوحد » (« criança autista ») entre as expressões desaconselhadas e prefere « طفل ذو اضطراب طيف التوحد » (« criança com transtorno do espectro do autismo »). A segunda formulação acrescenta a palavra « transtorno » à denominação geral da criança, mesmo quando não se fala de diagnóstico. Propomos não considerar automaticamente « criança autista » como ofensivo. O guia poderia distinguir as descrições identitárias respeitosas das menções a um diagnóstico médico e, depois, examinar as nuances de « متوحد », « توحدي » e outras formas com pessoas autistas arabófonas, levando em conta os usos na Arábia Saudita.

8.2. Empregar termos diferentes conforme se trate de identidade, diagnóstico ou dificuldades

Quando um documento apresenta uma pessoa, pode dizer « pessoa autista », sem fazer aparecer sistematicamente a palavra « transtorno ». Quando indica um diagnóstico efetivamente pertinente, pode utilizar o nome médico completo « transtorno do espectro do autismo ». Quando descreve um problema concreto, deve nomear esse problema: necessidade de uma adaptação de comunicação, sofrimento causado por uma situação, dificuldade precisa ou barreira ao acesso a um serviço. Propomos que o guia explique explicitamente esses três usos, para que a formulação escolhida corresponda à informação realmente necessária.

8.3. Acrescentar ao guia exemplos relativos a adultos autistas

A tabela da seção C apresenta apenas um exemplo relativo a uma « criança autista ». Entretanto, o autismo também acompanha as pessoas na idade adulta. Propomos acrescentar, nos exemplos de aplicação da seção F, um caso referente a um empregado ou usuário adulto que se apresenta como pessoa autista. A resposta poderia indicar que é possível retomar essa denominação quando for útil ao contexto, respeitando a preferência da pessoa e a confidencialidade de suas informações. Um diagnóstico médico não deveria ser acrescentado a essa denominação sem necessidade.

8.4. Descrever os fatos distinguindo a agressividade suposta das intenções estabelecidas

O guia poderia acrescentar, em sua seção F dedicada a situações práticas, uma regra de redação para os relatórios e registros referentes a pessoas autistas: descrever as palavras e os fatos observados antes de qualificar a pessoa como « agressiva » ou « perturbadora ». Por exemplo, uma pessoa pede repetidamente a correção de um erro porque não recebeu uma resposta clara. O agente pode sentir irritação, mas esse sentimento não comprova que a pessoa queria provocar ou agredir. Num documento institucional, convém, portanto, registrar aquilo que ela efetivamente pediu ou fez, distinguir os fatos das intenções supostas e verificar as respostas já fornecidas. Essa precisão nas palavras empregadas prolonga a recomendação do guia saudita de evitar pressuposições. Uma explicação compreensível, eventualmente escrita, ou uma facilitação especializada pode contribuir para resolver um mal-entendido persistente.

8.5. Esclarecer o valor descritivo da palavra « autista » e seus usos

Algumas pessoas utilizam a palavra « autista » como insulto ou a associam erroneamente a um defeito ou a uma doença. Esse uso pejorativo não significa que a condição de ser autista seja vergonhosa. Se o guia considerar que uma forma árabe, como « متوحد », apresenta às vezes uma conotação negativa, propomos que explique essa dificuldade e distinga o sentido respeitoso do termo de seu uso insultuoso, em vez de impor automaticamente uma formulação diagnóstica. Uma explicação oficial clara pode ajudar o público a corrigir seus preconceitos sobre o autismo.

8.6. Preservar as denominações identitárias sem impor o registro diagnóstico

Quando preconceitos negativos visam a palavra « autista », substituir sistematicamente a denominação identitária pelo nome de um diagnóstico poderia fazer recair sobre as pessoas autistas as consequências linguísticas de preconceitos que não se originam delas. Propomos que o guia reconheça uma denominação identitária respeitosa para a comunicação geral e reserve as formulações diagnósticas às situações que realmente exigem essa precisão. Essa regra também deve ser aplicada às traduções para o inglês: « autistic person » não deve tornar-se automaticamente « person with autism spectrum disorder ». As preferências individuais e os usos locais do árabe devem continuar sendo considerados.

8.7. Distinguir melhor a situação que gera impedimentos da pessoa envolvida

Nas seções A, B e D do guia, uma precisão terminológica poderia complementar as formulações centradas nas pessoas com deficiência: quando o objeto do texto é um impedimento concreto, é útil nomear também a situação ou o ambiente que o produz. Os termos « situação de deficiência », « situação que gera impedimentos », « obstáculo » e « barreira atitudinal » permitem não atribuir automaticamente à pessoa uma dificuldade surgida de condições específicas. O guia poderia ilustrar essa distinção num serviço público, num estabelecimento escolar e num local de trabalho, preservando as denominações jurídicas estabelecidas e os direitos correspondentes.

8.8. Expressar o alcance sistêmico da acessibilidade em matéria de autismo

Complementarmente às iniciativas sauditas já desenvolvidas em matéria de acessibilidade e aos recursos dedicados especialmente às adaptações profissionais, sugerimos respeitosamente que o guia ressalte o alcance sistêmico da acessibilidade em matéria de autismo. Ela abrange todos os domínios da vida, e não apenas os locais de trabalho ou os aspectos sensoriais. As barreiras atitudinais — especialmente interpretações errôneas, preconceitos e dificuldades de compreensão recíproca — merecem, a nosso ver, atenção particularmente importante, juntamente com as dimensões relacionais, comunicacionais, administrativas, organizacionais e sensoriais. Uma formulação explícita poderia contribuir para prevenir melhor situações que geram impedimentos e sofrimentos evitáveis, valorizando ao mesmo tempo as iniciativas já adotadas pelas autoridades do Reino.

9. Perspectivas de diálogo e cooperação

As orientações adotadas no projeto saudita oferecem um quadro valioso para uma linguagem institucional que respeite a dignidade, os direitos e as diferenças individuais. As observações acima são apresentadas como contribuições complementares, num espírito de diálogo e respeito pelo trabalho já realizado. Caso as autoridades competentes considerem útil, a Organização Diplomática do Autistão teria a honra de esclarecer determinados elementos terminológicos, compartilhar as referências de seus estudos e trocar ideias sobre a maneira de descrever as situações que geram impedimentos, preservando as distinções próprias de cada língua.

Os recursos sauditas existentes sobre acessibilidade, inclusive aqueles relativos às adaptações profissionais de pessoas autistas, constituem pontos de apoio interessantes para eventuais intercâmbios. Caso as autoridades sauditas considerem isso útil, nossa Organização poderia apresentar exemplos e análises relativos à consideração sistêmica do autismo em todos os domínios da vida: especialmente a prevenção das barreiras atitudinais, a acessibilidade relacional e comunicacional, as condições sensoriais e as práticas administrativas. Tratar-se-ia de contribuir, em continuidade às iniciativas existentes e segundo as prioridades das autoridades, para a compreensão e a prevenção das situações que geram impedimentos. Sua experiência de aconselhamento no acampamento inclusivo Pioneer, perto de Almaty, no Cazaquistão, e seus trabalhos públicos sobre a noção de deficiência e sobre as denominações identitárias podem alimentar esse diálogo. A Organização também permanece disposta a compartilhar suas análises sobre o emprego, a aplicação das políticas públicas ou outros domínios que as autoridades julgarem oportunos.

Contato: contact@autistan.org — https://Autistan.org/

Anexo — Observações bilíngues complementares segundo as seções A a G do projeto

As observações a seguir haviam sido preparadas para serem apresentadas, seção por seção, sob a forma de comentários na página oficial do Istitlaa dedicada ao projeto « إرشادات اللغة الشاملة في الإعاقة ». Durante nossas tentativas de apresentação, o formulário retornou um erro técnico e não permitiu transmitir esses comentários por esse meio. Optamos, portanto, por integrá-los diretamente à presente contribuição, destinada a ser enviada por e-mail.

Página oficial em questão: https://istitlaa.scbc.gov.sa/ar/Labor/apd/InclusiveLanguage/Pages/default.aspx — As observações estão organizadas a seguir segundo as seções A a G do projeto, com suas versões em português e em árabe. São fornecidas para análise neste documento; não foram apresentadas on-line.

A. Introdução e objetivos da linguagem inclusiva

Tradução para o português do Brasil

A Organização Diplomática do Autistão considera importante o objetivo declarado do guia, a saber, o respeito à dignidade das pessoas com deficiência e a prevenção da estigmatização. Propomos esclarecer que dar prioridade ao ser humano não significa que seja necessário evitar toda denominação direta de sua identidade. A expressão « pessoa autista », ou outra formulação descritiva apropriada, não nega a humanidade da pessoa nem necessariamente a reduz a uma única característica. Impor a todos expressões diagnósticas como « pessoa com transtorno do espectro do autismo » poderia sugerir involuntariamente que o autismo seria, em si, um defeito que deveria ser evitado como identidade. Seria preferível que o guia explicasse a diferença entre as formulações que respeitam a identidade da pessoa e aquelas que descrevem um diagnóstico quando informações médicas são necessárias, respeitando as escolhas das pessoas envolvidas e o contexto local.

Texto original em árabe

ترى المنظمة الدبلوماسية لأوتستان أن الهدف المعلن للدليل، وهو احترام كرامة الأشخاص ذوي الإعاقة وتجنب الوصم، هدف مهم. ونقترح توضيح أن تقديم الإنسان أولًا لا يعني وجوب تجنب كل وصف مباشر لهويته. فعبارة «شخص توحدي» أو عبارة وصفية أخرى مناسبة لا تنفي إنسانية الشخص ولا تختزله بالضرورة في صفة واحدة. وقد يترتب على إلزام الجميع بعبارات تشخيصية مثل «ذو اضطراب طيف التوحد» إيحاء غير مقصود بأن التوحد ذاته عيب ينبغي تجنّب ذكره بوصفه هوية. والأفضل أن يبيّن الدليل الفرق بين اللغة التي تحترم هوية الشخص، واللغة التي تصف تشخيصًا حين تكون المعلومات الطبية مطلوبة، مع احترام اختيار الأشخاص المعنيين والسياق المحلي.

B. Contexto da deficiência, autismo e barreiras

Tradução para o português do Brasil

A seção B mostra de maneira útil que a deficiência também está relacionada à interação da pessoa com as barreiras ambientais e sociais. Propomos aplicar claramente essa distinção ao autismo: segundo a análise da Organização Diplomática do Autistão, a natureza autística não é, em si, sinônimo de doença, de defeito nem do conjunto de dificuldades que a pessoa encontra. Convém distinguir a natureza da pessoa autista, o diagnóstico quando necessário, as dificuldades ou doenças associadas e as barreiras que impedem a participação em igualdade de condições com os demais. Uma situação que gera impedimentos pode surgir ou agravar-se porque as particularidades autísticas não são corretamente consideradas no ambiente de trabalho, na comunicação ou nas práticas da instituição. Essa distinção ajuda a nomear o problema que pode ser corrigido, em vez de atribuí-lo automaticamente à identidade da pessoa.

Um esclarecimento complementar poderia ser útil: a deficiência efetivamente vivenciada não se confunde necessariamente com um impedimento funcional pessoal e duradouro. A expressão « situação que gera impedimentos » permite descrever as circunstâncias que produzem o

impedimento. A mesma pessoa autista pode exercer sua atividade durante vários anos em condições favoráveis e, depois, encontrar grandes dificuldades após uma mudança nas atitudes, nas instruções ou na organização. Essa observação não questiona os direitos associados à condição jurídica de pessoa com deficiência; apenas sugere descrever também as barreiras e os ambientes a melhorar.

Para o árabe, seria conveniente distinguir especialmente « الإعاقة », « القصور » e « العوائق », esclarecendo, segundo o contexto, as situações em que as circunstâncias « impedem a participação » e aquelas em que uma eventual limitação funcional é efetivamente mencionada. Uma tradução literal que transformasse automaticamente « situação que gera impedimentos » em uma propriedade deficitária da pessoa correria o risco de perder a distinção pretendida.

Texto original em árabe

يُظهر القسم (ب) بصورة مفيدة أن الإعاقة تتعلق أيضًا بتفاعل الشخص مع العوائق البيئية والاجتماعية. ونقترح تطبيق هذا التمييز بوضوح على التوحد: فالطبيعة التوحدية، وفقًا لتحليل المنظمة الدبلوماسية لأوتستان، ليست بذاتها مرادفًا للمرض أو العيب أو جميع الصعوبات التي يتعرض لها الشخص. ينبغي الفصل بين طبيعة الشخص التوحدي، والتشخيص عند الحاجة، والصعوبات أو الأمراض المصاحبة، والعوائق التي تمنع المشاركة على قدم المساواة. فقد تنشأ أو تتفاقم حالة معيقة نتيجة عدم مراعاة الخصائص التوحدية في بيئة العمل أو في التواصل أو في ممارسات المؤسسة. ويساعد هذا التمييز على تسمية المشكلة التي يمكن معالجتها بدلًا من نسبتها آليًا إلى هوية الشخص.

وقد يكون من المفيد إضافة تمييز آخر: فالإعاقة التي يواجهها الشخص في وضع معين لا تتطابق بالضرورة مع قصور وظيفي دائم لديه. ويمكن وصف «الظروف المُعيقة» أو «حالة تُعيق المشاركة» عندما يكون المقصود بيان أثر البيئة. فقد يعمل الشخص التوحدي لسنوات في بيئة مناسبة، ثم يواجه صعوبات كبيرة عند تغير المواقف أو التعليمات أو التنظيم، مع بقاء خصائصه التوحدية. ولا يمسّ هذا التمييز بالحقوق المرتبطة بالوضع القانوني للأشخاص ذوي الإعاقة، وإنما يساعد على تسمية العوائق التي يمكن العمل على تيسيرها.

ومن المهم في الصياغة العربية التمييز، بحسب السياق، بين «القصور» و«الإعاقة» و«العوائق»، ووصف الظروف التي تعيق المشاركة وصفًا مباشرًا عند الحاجة. فاستعمال تعبير يوحي بأن الظروف المُعيقة صفة نقص ثابتة في الشخص قد يحجب المقصود من هذا التمييز المفاهيمي.

C. Princípios gerais: identidade autística e linguagem person-first

Tradução para o português do Brasil

A Organização Diplomática do Autistão agradece à Autoridade responsável pelas pessoas com deficiência por ter elaborado o projeto de guia sobre linguagem inclusiva, bem como pela atenção dedicada à dignidade humana, aos direitos, à diversidade e ao respeito às preferências individuais. Desejamos apresentar uma observação precisa sobre o exemplo que prefere a expressão « criança com transtorno do espectro do autismo » a « criança autista ».

Propomos reexaminar esse exemplo distinguindo a expressão que descreve a identidade de uma pessoa ou uma de suas características do termo diagnóstico que designa uma categoria médica. « Pessoa autista », ou outra formulação descritiva apropriada em árabe, pode constituir uma maneira direta e respeitosa de denominar a pessoa, enquanto « transtorno do espectro do autismo » pode ser utilizado quando o objetivo é precisamente designar o diagnóstico. O próprio guia reconhece a possibilidade de empregar denominações identitárias para determinados grupos, bem como a importância do contexto e da preferência da pessoa envolvida. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao autismo.

Na análise conceitual adotada pela Organização Diplomática do Autistão, o autismo é compreendido como uma natureza ou particularidade humana presente ao longo de toda a vida, que inclui características, aptidões e dificuldades diversas. O diagnóstico, as dificuldades específicas, os problemas de saúde associados, os sofrimentos efetivamente vivenciados e as barreiras sociais ou ambientais são elementos que convém nomear e distinguir precisamente quando necessário. Essa distinção permite descrever a pessoa sem tornar a palavra « transtorno » um componente obrigatório de seu nome ou de sua identidade, continuando ao mesmo tempo a considerar suas necessidades e seus direitos.

Qualificar uma pessoa como « autista » não significa que ela seja doente, deficiente ou estigmatizada: não há nada de vergonhoso na própria identidade autística. Jim Sinclair destacou, entre outros aspectos, o seguinte paradoxo: insistir em recordar a palavra « pessoa » todas as vezes pode sugerir

involuntariamente que seria necessário provar especialmente a humanidade das pessoas autistas. Se algumas pessoas têm uma visão negativa do autismo, impor às pessoas autistas uma denominação diagnóstica que elas não preferem equivale a fazê-las suportar o ônus de adaptar-se aos preconceitos alheios, em vez de corrigir esses preconceitos. Uma precaução excessiva contra a estigmatização pode, assim, produzir o efeito contrário ao pretendido; o respeito à dignidade humana não exige ocultar a identidade da pessoa atrás de um termo diagnóstico.

Há também uma questão linguística que merece exame: em árabe, o substantivo geralmente precede o adjetivo em expressões como « pessoa autista » ou « criança autista ». Portanto, qualificar uma pessoa com um adjetivo não significa necessariamente colocar esse adjetivo à frente do ser humano. Em certos usos, o adjetivo árabe « متوحد » também pode evocar isolamento ou solidão. Seria desejável estudar essa conotação em relação ao uso contemporâneo da palavra relativa ao autismo e considerar uma explicação de seu sentido correto ao público, em vez de presumir que toda formulação adjetiva é estigmatizante. Conforme o contexto e os usos locais, « شخص توحدي » ou « شخص على طيف التوحد » podem constituir alternativas possíveis. Por sua vez, a formulação « pessoa que recebeu um diagnóstico de transtorno do espectro do autismo » pode ser reservada às situações em que o texto precisa mencionar um diagnóstico específico.

A questão também surge na tradução de documentos árabes para o inglês. Na expressão « autistic person », o adjetivo precede o substantivo conforme as regras habituais do inglês, sem que a identidade da pessoa seja, em termos de valor, colocada antes de sua humanidade. A construção « person with autism » pode, por outro lado, sugerir que o autismo seria algo separado da pessoa ou acrescentado a ela; « person with autism spectrum disorder » pode, além disso, introduzir a noção de transtorno em uma denominação geral sem relação com um diagnóstico. Propomos que o guia distinga a maneira de denominar as pessoas na comunicação corrente da menção a um diagnóstico específico quando o contexto o exigir, e que preserve essa distinção nas traduções.

Também seria útil que os exemplos incluíssem adultos, já que o autismo continua depois da infância, enquanto as dificuldades e as necessidades de apoio podem evoluir com o tempo. Poderia ser acrescentado um exemplo no trabalho ou nas interações com um órgão público, empregando uma denominação respeitosa de uma pessoa autista e levando em conta sua particularidade e seu modo preferido de comunicação.

A importância da linguagem inclusiva também aparece na compreensão das palavras de uma pessoa e na interpretação de seu comportamento. As pessoas ao redor de alguém autista podem observar reações ou dificuldades visíveis, enquanto essa pessoa experimenta desconforto ou sofrimento sensorial ou psíquico cuja causa os outros não conseguem perceber diretamente. Alguns desses sofrimentos podem resultar do ambiente material, da comunicação ou das atitudes sociais. Verificar o sentido realmente pretendido, evitar atribuir sem provas intenções hostis e investigar as causas dos sofrimentos são, portanto, meios práticos de reforçar o respeito e a acessibilidade efetiva.

A respeito dos sofrimentos, dizer que uma pessoa « sofre de autismo » atribui ao autismo a causa desse sofrimento antes mesmo de investigá-la. Na perspectiva da Organização, não é a natureza autística em si a fonte do sofrimento; convém analisar os danos ou influências sensoriais, psíquicas ou sociais a que a pessoa é submetida em razão da ausência de consideração correta do autismo, distinguindo-os das doenças, das condições associadas e das dificuldades específicas. A expressão « sofrimentos das pessoas autistas » não determina antecipadamente sua causa; as causas estabelecidas pelo estudo e pela observação devem, então, ser designadas com precisão, para remediar as verdadeiras fontes dos sofrimentos em vez de direcionar a intervenção contra a própria identidade autística.

Recomendamos que o guia contenha uma regra clara que permita o uso de uma denominação identitária apropriada e respeitosa do autismo na comunicação geral, que esclareça melhor as situações em que os termos diagnósticos devem ser empregados e que acompanhe essas distinções de explicações sobre as palavras e os conceitos para reduzir os estereótipos. A Organização Diplomática do Autistão permanece à disposição para oferecer análises e esclarecimentos

complementares caso a Autoridade considere útil aprofundar o tema ou elaborar guias especializados sobre emprego, acessibilidade e políticas nacionais relativas ao autismo.

Texto original em árabe

تتقدم المنظمة الدبلوماسية لأوتستان بالشكر لهيئة رعاية الأشخاص ذوي الإعاقة على إعداد مشروع إرشادات اللغة الشاملة، وعلى اهتمامه بالكرامة الإنسانية والحقوق والتنوع واحترام التفضيلات الفردية. ويسعدنا تقديم ملاحظة محددة بشأن المثال الذي يُفضّل فيه تعبير «طفل ذو اضطراب طيف التوحد» على «طفل متوحد».

نقترح إعادة النظر في هذا المثال، بحيث يُميَّز بين التعبير الذي يصف هوية الشخص أو إحدى خصائصه، وبين المصطلح التشخيصي الذي يصف فئة طبية. فقد تكون عبارة «شخص توحدي» أو غيرها من الصيغ الوصفية العربية المناسبة طريقةً مباشرة ومحترمة للإشارة إلى الشخص، بينما يُستخدم «اضطراب طيف التوحد» عندما يكون المقصود تحديد التشخيص بالفعل. وتتضمن الإرشادات نفسها إقراراً بإمكان استعمال أوصاف الهوية لدى بعض الفئات، وبأهمية مراعاة السياق وتفضيل الشخص المعني. ويمكن تطبيق المنطق نفسه على التوحد.

في التحليل المفاهيمي الذي تتبناه المنظمة الدبلوماسية لأوتستان، يُفهم التوحد بوصفه طبيعة أو خصوصية إنسانية مستمرة خلال مراحل الحياة، لها خصائص وقدرات وصعوبات متفاوتة. أما التشخيص، والصعوبات المحددة، والحالات الصحية المصاحبة، والمعاناة الفعلية، والعوائق الاجتماعية والبيئية، فهي عناصر ينبغي تسميتها وتمييزها بدقة عند الحاجة. ويساعد هذا التفريق على وصف الشخص بطريقة لا تجعل كلمة «اضطراب» جزءاً إلزامياً من اسمه أو هويته، مع الاستمرار في الاهتمام باحتياجاته وحقوقه.

ولا يحمل وصف الشخص بأنه «توحدي» حُكمًا بأنه مريض أو ناقص أو موصوم؛ فلا عيب في الهوية التوحدية في حد ذاتها. وقد نبّه جيم سنكلير إلى مفارقة أن الإصرار على ذكر كلمة «شخص» في كل مرة قد يوحي، من غير قصد، بأن إنسانية الأشخاص التوحديين تحتاج إلى إثبات خاص. فإذا كان بعض الناس ينظرون إلى «التوحد» نظرة سلبية، فإن إلزام الأشخاص التوحديين بتسمية تشخيصية لا يفضلونها ينقل إليهم عبء التكيف مع أحكام الآخرين المسبقة، بدلًا من معالجة تلك الأحكام. والحرص المفرط على تجنب الوصم قد يؤدي بذلك إلى أثر معاكس للمقصود؛ ولا تقتضي الكرامة الإنسانية أن تُخْفَى هوية الشخص وراء اسم تشخيص.

وتوجد أيضاً مسألة لغوية تستحق النظر: ففي العربية يأتي الاسم عادةً قبل الصفة في تراكيب مثل «شخص توحدي» أو «طفل متوحد»، ولذلك فإن وصف الشخص بصفة لا يعني بالضرورة تقديم الصفة على الإنسان. كما أن صفة «متوحد» قد تُذكّر في بعض الاستعمالات بمعنى الانفراد أو العزلة. ويستحسن دراسة هذه الدلالة مع الاستعمال الحديث المتعلق بالتوحد، والتفكير في توضيح المعنى الصحيح للجمهور بدلاً من افتراض أن كل صيغة وصفية تحمل وصماً. ومن البدائل الممكنة، بحسب السياق والاستعمال المحلي، «شخص توحدي» أو «شخص على طيف التوحد». كما يمكن تخصيص عبارة «شخص شُخِّص باضطراب طيف التوحد» للمواضع التي يتطلب فيها النص الإشارة إلى تشخيص محدد.

وتبرز المشكلة أيضاً عند ترجمة الوثائق العربية إلى الإنجليزية. فالتعبير «autistic person» يجعل الصفة قبل الاسم وفق قواعد الإنجليزية المعتادة، ولا يجعل هوية الشخص أسبق من إنسانيته في القيمة. أما «person with autism» فيحمل تركيبًا يوحي بأن التوحد شيء منفصل عن الشخص أو ملحق به، وقد تُدخل صيغة «person with autism spectrum disorder» وصف الاضطراب في تسمية عامة لا تتعلق بتشخيص. ونقترح أن يميز الدليل بين وصف الشخص في الخطاب العام وبين ذكر تشخيص محدد في موضع يستدعي ذلك، وأن يحافظ على هذا التمييز في الترجمات.

ومن المفيد أن تتناول الأمثلة البالغين أيضاً، لأن التوحد يستمر بعد سن الطفولة، بينما قد تتغير الصعوبات واحتياجات الدعم عبر الزمن. ويمكن إضافة مثال في العمل أو التواصل مع جهة عامة، يُستخدم فيه وصف محترم لشخص توحدي، مع مراعاة خصوصيته وطريقته المفضلة في التواصل.

إن أهمية اللغة الشاملة تظهر كذلك في فهم كلام الشخص وتفسير سلوكه. فقد يلاحظ المحيطون بالشخص التوحدي ردود فعل أو صعوبات ظاهرة، بينما يعيش هو ضيقاً أو معاناة حسية أو نفسية لا يستطيع الآخرون إدراك مصدرها مباشرة. وقد تكون أسباب بعض هذه المعاناة في البيئة المادية أو التواصل أو المواقف الاجتماعية. ولهذا فإن التحقق من المعنى المقصود، وتجنب نسبة نوايا عدائية من غير دليل، والبحث عن مصادر المعاناة، كلها وسائل عملية تعزز الاحترام وإمكانية الوصول الفعلي.

وفي شأن المعاناة، فإن قول «يعاني من التوحد» ينسب سبب المعاناة إلى التوحد قبل البحث عنه. ومن منظور المنظمة، ليست الطبيعة التوحدية بذاتها مصدر المعاناة؛ إذ ينبغي تحليل ما يتعرض له الشخص من أذى أو تأثيرات حسية أو نفسية أو اجتماعية تنشأ من عدم مراعاة التوحد مراعاة صحيحة، مع التمييز بين ذلك وبين الأمراض والحالات المصاحبة أو الصعوبات المحددة. وتعبير «معاناة الأشخاص التوحديين» لا يحدد السبب مسبقًا؛ ثم تُسمّى الأسباب التي ثبتت بالدراسة والملاحظة بدقة، لكي تُعالج مصادر المعاناة الفعلية بدلًا من توجيه التدخل إلى الهوية التوحدية ذاتها.

نوصي بأن يتضمن الدليل قاعدة واضحة تسمح باستعمال وصف هوية مناسب ومحترم للتوحد في التواصل العام، وأن يحدد مواضع استعمال المصطلحات التشخيصية بصورة أدق، وأن يرافق ذلك توضيح للمعاني والمفاهيم لتقليل الصور النمطية. وتبدي المنظمة الدبلوماسية لأوتستان استعدادها للمساهمة بتحليلات وتوضيحات إضافية إذا رأت الهيئة فائدة في تعميق هذا الموضوع أو تطوير أدلة متخصصة بشأن العمل وإمكانية الوصول والسياسات الوطنية المتعلقة بالتوحد.

D. Terminologia, direitos e acessibilidade efetiva

Tradução para o português do Brasil

Aprovamos a distinção feita na seção D entre impedimento funcional e deficiência, bem como entre o direito de acesso e a acessibilidade efetiva. Propomos acrescentar um esclarecimento sobre o autismo: uma pessoa pode ser autorizada a entrar em um local ou utilizar um serviço sem conseguir usufruir dele efetivamente, caso as condições sensoriais, os modos de comunicação ou as atitudes

dos funcionários criem barreiras para ela. A acessibilidade deveria, portanto, incluir a redução das barreiras sensoriais, comunicacionais e comportamentais, sem se limitar à autorização de entrada.

Quanto às « necessidades » e às « exigências », esses termos não deveriam ser apresentados como necessariamente opostos: uma necessidade real de adaptação pode corresponder ao direito de obtê-la. O problema não é reconhecer a existência de uma necessidade, mas apresentar a adaptação fornecida como um favor, em vez de um direito, quando ela for devida.

Propomos também precisar a explicação técnica dos termos « Captions » e « Subtitles »: existem legendas descritivas abertas, permanentemente visíveis, e outras, chamadas fechadas, que o usuário pode ativar ou desativar. Portanto, seria útil evitar uma definição que equipare todas as captions a textos sempre incorporados à imagem. Seria útil consultar as recomendações do W3C sobre acessibilidade da mídia.

Em matéria de autismo, sugerimos respeitosamente que as medidas e orientações gerais de acessibilidade evidenciem claramente seu alcance sistêmico, em todos os domínios da vida, e não apenas no emprego ou nas adaptações sensoriais. Segundo a experiência de nossa Organização, as barreiras atitudinais frequentemente ocupam um lugar central: desconhecimento do funcionamento autístico, interpretações precipitadas das palavras ou dos comportamentos, falta de paciência, recusa em esclarecer uma incompreensão. A acessibilidade pode, portanto, abranger, entre outros aspectos, as relações familiares, a educação, a saúde, os serviços públicos, os procedimentos administrativos, os transportes, a moradia, o lazer e o trabalho, levando em conta também as dimensões relacionais, comunicacionais, organizacionais e sensoriais. Essa sugestão busca tornar essas dimensões mais explícitas e coerentes em continuidade às iniciativas sauditas existentes, sem presumir que estejam ausentes.

Texto original em árabe

نؤيد التمييز في القسم (د) بين القصور والإعاقة، وبين الحق في الوصول وإمكانية الوصول الفعلية. ونقترح إضافة توضيح متعلق بالتوحد: فقد يكون الشخص مسموحًا له بدخول مكان أو استخدام خدمة، لكنه لا يستطيع الانتفاع بها فعليًا إذا كانت ظروفها الحسية أو طريقة التواصل أو مواقف الموظفين تخلق عوائق له. لذا ينبغي أن تشمل إمكانية الوصول أيضًا تقليل العوائق الحسية والتواصلية والسلوكية، لا مجرد السماح بالدخول.

وعند الحديث عن «الاحتياجات» و«المتطلبات»، لا ينبغي جعل الكلمتين متعارضتين دائمًا؛ فالاحتياج الحقيقي إلى ترتيب تيسيري قد يقابله حق في الحصول عليه. المشكلة ليست في الاعتراف بوجود احتياج، بل في وصف إتاحته باعتبارها منّة بدلًا من حق عندما تكون واجبة.

فهناك تسميات توضيحية مفتوحة تظهر دائمًا، وأخرى مغلقة يمكن للمستخدم تشغيلها أو إيقافها؛ ولذلك قد يكون من الأدق عدم تعريف جميع التسميات التوضيحية بأنها مدمجة دائمًا في الصورة. ويفيد الرجوع إلى إرشادات W3C بشأن إتاحة الوسائط.

وفيما يتعلق بالتوحد، نقترح بكل احترام إبراز أن إمكانية الوصول ليست مقتصرة على أماكن العمل أو الترتيبات الحسية والمادية، بل تشمل مختلف مجالات الحياة. ومن منظور منظمتنا، تُعد العوائق المرتبطة بالمواقف والتصورات المسبقة وطريقة التعامل من أبرز العوائق وأكثرها تأثيرًا في حالات كثيرة؛ ومنها إساءة تفسير كلام الشخص أو سلوكه، وافتراض نية عدائية دون التحقق منها، وعدم إتاحة الوقت أو الوسيلة المناسبة للتوضيح. ولذلك من المفيد أن تشمل الإرشادات الأبعاد المتعلقة بالمواقف والعلاقات والتواصل والإجراءات الإدارية والتنظيم والبيئة الحسية في الأسرة والتعليم والصحة والخدمات العامة والسكن والنقل والأنشطة الاجتماعية والعمل وغيرها من مجالات الحياة. وتهدف هذه الملاحظة إلى إيضاح هذه الأبعاد بصورة شاملة ومتسقة، مع تقدير المبادرات السعودية القائمة ودون افتراض غياب هذه الجوانب عنها.

E. Gramática árabe e uso de « ذو »

Tradução para o português do Brasil

A seção E explica de maneira útil as flexões corretas da palavra árabe « ذو » em seu contexto gramatical. Entretanto, uma flexão gramaticalmente correta não basta, por si só, para garantir a precisão conceitual da expressão. Ao falar de autismo, é necessário distinguir a denominação de uma pessoa por um nome ou qualificativo respeitoso da menção a um diagnóstico médico, quando este for necessário. Portanto, não há motivo para transformar toda denominação identitária do autismo em « pessoa com transtorno do espectro do autismo » apenas porque a construção com « ذو » é correta em outras circunstâncias. Da mesma forma, « شخص توحدي » menciona explicitamente a pessoa, com o substantivo precedendo o adjetivo, conforme a construção habitual do árabe. Sugerimos

explicar essa diferença, para que uma regra gramatical geral não leve à imposição de uma denominação diagnóstica quando o contexto não requer mencionar um diagnóstico.

Texto original em árabe

يفيد القسم (هـ) في بيان التصريف الصحيح لكلمة «ذو» في سياقها النحوي. لكن سلامة الإعراب لا تكفي وحدها للحكم على دقة التعبير من الناحية المفاهيمية. ففي وصف التوحد ينبغي التمييز بين تسمية الشخص باسم أو صفة محترمة، وبين ذكر تشخيص طبي عند الحاجة. ومن ثم لا يلزم تحويل كل وصف للهوية التوحدية إلى تركيب «شخص ذو اضطراب طيف التوحد» لمجرد أن تركيب «ذو» صحيح في حالات أخرى. كما أن وصف «شخص توحدي» يذكر الشخص صراحةً، ويأتي الاسم قبل الصفة وفق البناء العربي المعتاد. ونقترح توضيح هذا الفرق كي لا تتحول قاعدة نحوية عامة إلى إلزام بتسمية تشخيصية حيث لا يتطلب السياق ذكر التشخيص.

F. Questões práticas: adulto autista e comunicação

Tradução para o português do Brasil

Propomos que as questões práticas da seção F incluam um exemplo relativo a uma pessoa autista adulta em seu local de trabalho ou em seus procedimentos perante um órgão público. A pergunta poderia ser formulada diretamente: « Se um empregado se apresenta como pessoa autista, é permitido utilizar essa denominação numa comunicação profissional pertinente? » A resposta proposta seria: « Sim, se a menção ao autismo for pertinente no contexto, respeitando as preferências da pessoa e a confidencialidade das informações; não é necessário substituir sua identidade pelo nome de um diagnóstico médico. »

Propomos também esclarecer que uma expressão incomum ou a repetição de um pedido de correção não basta, por si só, para estabelecer uma intenção hostil. Convém verificar o que a pessoa realmente disse e pediu, perguntar-lhe sobre sua intenção, quando necessário, de maneira acessível, e examinar as causas dos mal-entendidos antes de lhe atribuir uma característica negativa. Isso relaciona a escolha das palavras à exatidão da descrição dos fatos.

Texto original em árabe

نقترح أن تشمل الأسئلة التطبيقية في القسم (و) مثالًا يخص شخصًا توحديًا بالغًا في مكان العمل أو عند مراجعة جهة عامة. ويمكن صياغة السؤال على نحو مباشر: «إذا عرّف موظف نفسه بأنه شخص توحدي، فهل يجوز استعمال هذا الوصف في تواصل مهني ذي صلة؟» وتكون الإجابة المقترحة: «نعم، إذا كانت الإشارة إلى التوحد ذات صلة بالسياق، مع احترام تفضيل الشخص وسرية المعلومات؛ ولا يلزم استبدال هويته باسم تشخيص طبي».

ونقترح أيضًا توضيح أن التعبير غير المعتاد أو تكرار طلب التصحيح لا يثبت وحده نية عدائية. ينبغي التحقق مما قاله الشخص فعليًا وما يطلبه، وسؤاله عن مقصده عند الحاجة بطريقة ميسرة، والنظر في أسباب سوء الفهم قبل وصفه بصفة سلبية. وهذا يربط اختيار الألفاظ بصحة توصيف الوقائع.

G. Referências bibliográficas do projeto

Tradução para o português do Brasil

Propomos verificar a correspondência entre os números das remissões que aparecem no corpo do guia e aqueles de sua bibliografia. Na introdução, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é mencionada com a referência (4), enquanto aparece sob o número (5) na lista, sendo o número (4) reservado a um boletim estatístico. Da mesma forma, a afirmação de que « um saudita em cada quinze » é abrangido está associada à remissão (8), embora a referência (8) pareça tratar da detecção automática de linguagem ofensiva (SemEval 2020), e não das estatísticas sobre deficiência no Reino. Seria útil corrigir essas remissões e localizar a fonte original do dado estatístico sem introduzir uma fonte substituta não verificada.

Entre as fontes pertinentes para a discussão sobre as denominações figuram a Estratégia Nacional Australiana para o Autismo 2025–2031, as recomendações da autoridade nacional irlandesa para a deficiência sobre terminologia e a reflexão de Jim Sinclair sobre a linguagem que coloca a identidade em primeiro plano. Esses documentos podem ajudar a distinguir as preferências das pessoas da denominação diagnóstica no contexto oficial.

Texto original em árabe

نقترح مراجعة التطابق بين أرقام الإحالات في متن الدليل وقائمة المراجع. ففي المقدمة تُذكر اتفاقية حقوق الأشخاص ذوي الإعاقة بإحالة رقم (4)، بينما تظهر الاتفاقية في القائمة تحت رقم (5)، وتخصّص الإحالة (4) لنشرة إحصائية. كما ترتبط عبارة «واحد من كل خمسة عشر سعوديًا» بالإحالة (8)، في حين يبدو أن المرجع (8) يتناول الكشف الآلي عن اللغة المسيئة (SemEval 2020) وليس إحصاءات الإعاقة في المملكة. من المفيد تصحيح الإحالات وتحديد المصدر الأصلي للرقم الإحصائي دون إدخال مصدر بديل غير موثق.

ومن المراجع ذات الصلة بمناقشة التسمية: استراتيجية التوحد الوطنية الأسترالية 2025–2031، وتوجيهات الهيئة الوطنية للإعاقة في أيرلندا بشأن المصطلحات، والنقاش الذي قدّمه جيم سنكلير عن اللغة التي تذكر الهوية أولًا. ويمكن أن تساعد هذه المواد على التمييز بين تفضيلات الأشخاص والتسمية التشخيصية في السياق الرسمي.

Organização Diplomática do Autistão	
Sede operacional Embaixada do Autistão SHN Quadra 1, Bloco F, Sala 1002 70701-060 Brasília · DF · Brasil	**Sede administrativa** F.I. · 37–39 rue de Vermont · C.P. 104 CH-1211 Genève 20 · Suíça
E-mail: contact@Autistan.org **Site:** Autistan.org	